



Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Instituto de Economia

CE – 851 Monografia II



1290001080



TCC/UNICAMP D175i

Investimento Estrangeiro Direto e Desenvolvimento:  
**Uma visão teórica e um breve estudo do caso da China**

Bruno Mascia Daltrini – RA 980727

Orientador: Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr.

Banca: Prof. Dr. Fernando Sarti

Campinas, Novembro de 2003.

## Índice:

<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo I – O Investimento Estrangeiro Direto .....</b>	<b>7</b>
1.1 – Introdução .....	7
1.2 – A Classificação do IED .....	7
1.3 – A Visão Ortodoxa dos Fatores de Atração do IED .....	8
1.4 – Políticas de Atração do Investimento estrangeiro Direto .....	10
1.5 – A Crítica a Visão Ortodoxa .....	13
<b>Capítulo II – Impactos sobre a Economia Receptora .....</b>	<b>17</b>
2.1 – Introdução .....	17
2.2 – Os Impactos das Políticas de Atração do Investimento Estrangeiro Direto .....	17
2.3 – Impactos do Investimento Estrangeiro Direto .....	20
2.3.1 – O Setor Externo .....	20
2.3.2 – A Produtividade .....	23
2.3.3 – Desnacionalização e Fusão/Aquisição X Novas Atividades .....	25
2.3.4 – O Emprego .....	27
2.3.5 – A Heterogeneidade e a Concentração .....	28
2.3.6 – As Formas de Integração do Capital Externo .....	31
<b>Capítulo III – O Investimento Estrangeiro Direto e o Desenvolvimento .....</b>	<b>34</b>
3.1 – Introdução .....	34
3.2 – A Concepção do Subdesenvolvimento .....	34
3.3 – O Investimento Estrangeiro Direto e o Subdesenvolvimento .....	36
3.3.1 – O Crescimento .....	37
3.3.2 – A Restrição Externa e a Condição Periférica .....	38
3.3.3 – Os Centros Internos de Decisões .....	39
3.4 – O Investimento Estrangeiro Direto como Ferramenta para o Desenvolvimento ...	41

<b>Capítulo IV – A República Popular da China .....</b>	<b>43</b>
4.1 – Introdução .....	43
4.2 – A Evolução Histórica da República Popular da China .....	43
4.3 – O Investimento Estrangeiro Direto na China .....	44
4.4 – O Crescimento Econômico e o Progresso Técnico .....	46
4.5 – Desafios do Futuro .....	47
<b>Conclusão .....</b>	<b>50</b>
<b>Anexo .....</b>	<b>51</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>53</b>

## Introdução

Os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) têm crescido continuamente pelo mundo, se tornando uma importante fonte de recursos, principalmente para países subdesenvolvidos, que muitas vezes os vêem como uma forma fácil e barata de ganhar acesso à poupança externa. As divisas que entram nos países por meio de IED podem se tornar, em alguns casos, uma importante fonte de financiamento de déficits no Balanço de Pagamentos.

Porém os impactos do investimento estrangeiro direto vão muito além do simples movimento de divisas. Apesar disso, a maioria dos teóricos da escola neoclássica negligenciaram por muito tempo esses fluxos considerando-os marginais à economia internacional, focando seus estudos nos fluxos comerciais. Já outros autores, como François Chesnais, fazem um estudo mais aprofundado do IED, explicitando sua capacidade de centralização da riqueza mundial nos países centrais e seu papel na divisão internacional do trabalho.

Dado que os impactos do IED são profundos, surgem questões relevantes sobre a dinâmica das transformações das economias receptoras do investimento. Há benefícios na atração de capital estrangeiro? Eles compensam a dependência externa que esse tipo de capital pode criar? É possível usar o IED como uma ferramenta em uma estratégia de desenvolvimento?

É importante notar que apesar do crescimento do IED ser considerável ele mantém-se concentrado, principalmente em países desenvolvidos, e depois, em poucos países subdesenvolvidos. Desse fato surgem perguntas como: o porque de alguns países atraírem mais investimento que outros? É uma estratégia funcional se adotar políticas para o país atrair mais investimento? Quais os impactos dessas políticas?

**Tabela 1: A Concentração da Entrada de IED**

	Porcentagem do Total Mundial								
	1970	1975	1980	1985	1990	1997	1998	1999	2000
Mundo	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Países Desenvolvidos	78,13	66,32	84,88	73,66	81,31	56,78	69,77	77,19	79,10
Países em Desenvolvimento	21,87	33,68	15,10	26,31	18,41	39,20	27,20	20,65	18,90
Países Desenvolvidos: América	24,61	23,00	41,56	37,76	27,68	24,05	28,45	29,78	27,11
Países Desenvolvidos: Europa	41,42	39,24	39,01	29,51	47,83	28,77	39,48	45,14	49,83
Países em Desenvolvimento: América	11,12	15,87	13,34	11,83	5,02	14,89	12,01	10,26	6,78
Brasil	3,36	5,04	3,49	2,55	0,56	3,92	4,11	2,92	2,64
México	2,58	2,36	3,82	3,51	1,67	2,90	1,68	1,11	1,04
Países em Desenvolvimento: África	3,29	1,98	0,73	5,06	1,24	1,50	1,11	0,83	0,65
Países em Desenvolvimento: Ásia	6,28	15,68	0,72	9,17	11,98	22,43	13,80	9,28	11,29
China	-	-	0,10	2,93	1,72	9,26	6,32	3,75	3,21
China, Hong Kong SAR	0,40	1,46	1,30	-0,47	1,62	2,38	2,13	2,29	5,07
Malásia	0,75	1,36	1,71	1,23	1,29	1,36	0,39	0,33	0,44

Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics

Para se entender os impactos do IED nas economias hospedeiras o trabalho foi dividido do seguinte modo:

No primeiro capítulo desse trabalho é mostrada a teoria acerca do IED, para melhor entender os condicionantes dessa concentração e que tipo de medidas e políticas e econômicas podem ser adotadas para se atrair esse tipo de investimento.

Os impactos, tanto positivos como negativos, gerados pelo capital externo sobre a economia nacional são abordados no segundo capítulo, onde são estudadas as possibilidades do IED gerar um maior crescimento, uma das condições, mas não única, do desenvolvimento econômico. Porém o investimento estrangeiro direto pode gerar problemas no longo prazo, ganhando um papel de contradição tendo em vista um projeto de desenvolvimento nacional, já que o IED se tornará assim uma força contrária ao desenvolvimento, não amadurecendo as estruturas e instituições capitalistas características do subdesenvolvimento.

A fim de resolver essa contradição é necessário se identificar os focos de problemas do investimento estrangeiro e seu papel em um projeto de desenvolvimento nacional, minimizando os problemas, para que o IED possa ser usado como uma ferramenta ao desenvolvimento. Esse estudo do papel do investimento estrangeiro no desenvolvimento é feito no capítulo III.

No quarto capítulo é feito um breve panorama do investimento estrangeiro direto na República Popular da China, estudando-se a história da china no pós-guerra e a conjuntura que permitiu a escolha do IED como uma ferramenta de um plano de desenvolvimento. Nesse capítulo também se observa qual o papel que o capital estrangeiro possui nesse plano e possíveis problemas e dilemas futuros que a China terá de enfrentar.

# Capítulo I

## O Investimento Estrangeiro Direto

### 1.1 - Introdução

Nesse capítulo é estudado o investimento direto estrangeiro em si. Para tal o capítulo divide-se em quatro itens, onde é definido o que é o IED, mostrado os fatores de atração desse investimento, complementando o estudo com políticas de atração e finalizando com a crítica a visão ortodoxa do investimento estrangeiro direto.

### 1.2 - A Classificação do IED

A OCDE<sup>1</sup> diz que os investimentos estrangeiros diretos podem ser efetuados sob a forma de investimentos em novas atividades (novas plantas, aumento de capacidade produtiva) ou investimentos de carteira. Para ser classificado como IED o investidor deve obter o controle acionário de pelo menos 10% das ações ordinárias, ou seja, com direito a voto da empresa, teoricamente assim demonstrando um interesse de longo prazo em suas operações e tendo poder, mesmo que limitado, sobre as decisões da empresa.

São contabilizados como Investimento Estrangeiro Direto:

- aportes líquidos de capital pelo investidor direto, sob forma de compra de ações ou quotas, aumento de capital ou criação de empresas;
- empréstimos líquidos, incluindo empréstimos de curto prazo e adiantamentos feitos pela matriz a sua filial;
- lucros não distribuídos, ou seja, reinvestidos.

O investimento pode ocorrer no setor de serviços (fornecimento de energia e água, educação, transporte, consultorias, seguros, etc), na área financeira (bancos, grupos de investimento, mercado acionário, etc) e na área produtiva (industrial ou agrícola).

Assim o IED pode ser dividido em dois diferentes tipos. A primeiro são os investimentos em carteira, quando o investimento toma a forma de compra de uma empresa local ou de parte de seu capital social, sendo que nessa modalidade entram processos de fusão e aquisição. A segunda modalidade é o investimento em novas atividades, criando novas plantas industriais, novos serviços, novas fronteiras agrícolas.

A classificação do IDE é essencial para esse trabalho, já que os impactos gerados por ele dependerão da área, do tipo e o modo de entrada do investimento na economia receptora.

### 1.3 - A Visão Ortodoxa dos Fatores de Atração do IED

Autores ortodoxos concentram seus estudos dos determinantes de atração de investimento estrangeiro direto nos custos de fatores e nos custos de transação. As empresas se internacionalizariam se um país oferecesse menores custos de fatores ou se o custo de transação para exportar para um certo país é muito alto, sendo assim vantajosa à instalação de uma filial produtiva no país, ou a compra de uma empresa já estabelecida.<sup>2</sup>

Assim entre os principais determinantes de atração do IED estariam:

- **Proximidade e custo de matérias primas** – a planta industrial seria instalada em países que produzissem a matéria prima usada no processo produtivo da empresa, barateando o custo desta e o processo produtivo.
- **Custo do trabalho** – leis trabalhistas que restringem o trabalho, exigindo quotas de trabalhadores, muitas vezes superior à quantidade necessária, assim como discriminação quanto ao trabalho local em relação a trabalhadores estrangeiros diminuiria a produtividade da empresa. Assim países com leis trabalhistas mais flexíveis poderiam atrair mais IED, já que o custo da mão de obra diminuiria. Também deve-se considerar as relações e a força dos sindicatos locais.
- **Qualificação da mão de obra** – a preexistência de mão de obra qualificada contribui para a atração de IED, já que muitas empresas necessitam desse tipo de mão de obra. Para a qualificação da mão de obra, os anos de escolaridade média da população pode ser uma proxy.

---

<sup>1</sup> F. Chesnais 1996, p. 56

<sup>2</sup> P. Nunnenkamp & J. Spatz, 2002, p. 13-14, 31-33 e E. Lim, 2001, p. 12-13

- **Leis ambientais** – leis ambientais atrapalhariam a atração de investimento estrangeiro direto, já que os custos de produção das empresas aumentariam, na medida que elas teriam que instalar filtros e outros equipamentos de proteção ambiental. Leis rígidas poderiam chegar ao ponto de proibir a produção de um produto ou exploração de uma matéria prima que causasse grandes danos ao meio ambiente.
- **Impostos** – altos impostos encarecem o processo produtivo, sendo mais grave o efeito em um país em que o sistema tributário possui impostos acumulativos, desencorajando empresas que produzem produtos que exigem uma longa cadeia produtiva a se instalarem no país.
- **Tarifas e restrições ao comércio internacionais** – muitas empresas multinacionais utilizam peças e insumos importados. Altas tarifas e restrições à importação dessas peças encarecem o processo produtivo, desincentivando a instalação de filiais produtivas no país.
- **Restrições à entrada e pós-entrada** – exigências quanto à participação de capital local em forma de parcerias com o capital privado ou estatal local e reservas de mercados desincentivariam a vinda de investimento estrangeiro. O Estado também deveria deixar a empresa ter livre controle sobre suas decisões, não exercendo pressões ou exigindo quotas de exportações e porcentagem de nacionalização do produto. As remessas de lucros e a possibilidade de financiamento externo, principalmente através da matriz, seja por empréstimos ou injeções de capital deveriam ser garantidas assim como a possibilidade de saída do investimento.
- **Infraestrutura instalada** – a infraestrutura pré-existente é um importante fator para a atração de IED, possibilitando o escoamento da produção bem como a produção propriamente dita. Muitas indústrias requerem serviços especializados e insumos com altíssimos custos de importação, sendo necessária à oferta interna desta infraestrutura. Assim torna-se importante a preexistência de uma estrutura produtiva.
- **Tamanho do mercado** – um grande mercado consumidor tende, por razões óbvias, a atrair IED, principalmente o que é voltado para o mercado interno. Aqui as variáveis chave seriam a população, o PIB e o crescimento do PIB.
- **Ambiente legal, econômico e político** - estabilidade econômica é fundamental para o cálculo capitalista. A incerteza quanto a variáveis chave para a empresa, como preços e

câmbio desestimulam o investimento interno, quanto mais o IED. Estabilidade e garantias de cumprimento de contratos são essenciais para as empresas, assim como leis de propriedade intelectual e patentes, garantindo seus direitos sobre seus produtos e inovações. A estabilidade política é importante na medida que esta permite uma razoável previsão da manutenção de políticas econômicas e do ambiente legal.

No caso de investimento em carteira, ou seja, a compra no mercado acionário primário ou secundário, dependeria do ambiente econômico do país e da situação da empresa em questão. O investimento ocorreria caso a empresa tivesse um futuro promissor, prometendo altos dividendos aos seus investidores.

Aqui excluí-se a possibilidade de investimento especulativo em carteira, já que, de acordo com a definição apresentada no item anterior, o investidor deve ter um interesse de longo prazo no país, descaracterizando o investimento especulativo. Porém, deve-se ressaltar que esse investimento é volátil e assim serão posteriormente estudados os investimentos em carteira, explicitando seus impactos, que são muito distintos dos impactos do investimento em novas plantas.

Peter Nunnenkamp e Julius Spatz<sup>3</sup> mostram que não há grandes mudanças nas motivações do IED provocadas pelo acelerado processo de globalização. Para os autores os grandes fatores determinantes ainda seriam os relacionados ao mercado interno, já que boa parte do investimento estrangeiro é voltado para esse mercado, ocorrendo em sua maioria no setor de serviços. Há a ressalva do setor produtivo, em que novas regras se aplicam, sendo indesejável reservas de mercado e restrições ao comércio externo, já que estas empresas não mais buscam apenas o mercado interno, mas participam de uma cadeia produtiva global, sendo empresas que buscam eficiência.

#### **1.4 – Políticas de Atração do Investimento Estrangeiro Direto**

Nessa parte serão mostradas políticas de atração do IED que são discutidas com maior frequência, e tem suas origens nos fatores de atração do ponto de vista ortodoxo. Essas políticas geram impactos bem mais profundos que a simples atração do investimento estrangeiro, sendo assim necessário um estudo mais aprofundado delas, tendo-se como referencia um projeto de desenvolvimento social e econômico. Esse estudo será feito no segundo capítulo desse trabalho.

---

<sup>3</sup> P. Nunnenkamp & J. Spatz, 2002, p. 4-9

De forma geral as políticas de atração de IED formuladas pela teoria neoclássica, buscam a liberalização da economia, a não intervenção do Estado, a estabilidade e a garantia sobre a propriedade e contratos. Um país que pretenda se tornar um grande receptor de investimentos estrangeiros deveria adotar políticas liberais no que tange ao comércio, aos mercados e aos fluxos de capitais.<sup>4</sup>

A liberalização comercial permitiria que as empresas transnacionais tivessem um acesso melhor e mais barato a insumos, componentes e máquinas que não são produzidos localmente, ou são produzidos de forma ineficiente, tornando o produto mais caro. O comércio internacional teria o papel de baratear os custos de produção da empresa, através da importação. A facilitação de exportações, com menos burocracia e impostos, também contribuiria para a atração de investimento, já que as empresas teriam mais facilidade de exportar excedentes de produção, ou toda sua produção no caso de uma empresa que faça parte de uma cadeia produtiva global.

No âmbito de flexibilização de mercados temos inicialmente o mercado de trabalho. Sua flexibilização promoveria uma reorganização deste, conduzindo ao barateamento da força de trabalho, com os salários mais compatíveis a produtividade do trabalho.

Não deveria haver intervenção do Estado no processo de concorrência, já que tal intervenção poderia proporcionar vantagens às outras empresas menos eficientes, desestimulando a vinda da empresa estrangeira, que teria que competir com empresas nacionais em desigualdade. Além disso, a intervenção do Estado poderia causar distorções nos preços de insumos e componentes, podendo aumentar os custos de produção, tornando menos vantajosa a produção local. Assim não deveriam ser tomadas ações de preservação de indústrias locais atrasadas, obsoletas e não competitivas, deixando que a empresa estrangeira tome o mercado e o torne mais eficiente e produtivo.

As leis tributárias do país deveriam ser justas e modernas, não sobrecarregando o setor produtivo ou de serviços, sendo preferível impostos sobre a renda do que sobre o consumo. Além disso, poder-se-ia dar vantagens tributárias a investimentos estrangeiros diretos, como menores impostos ou completa isenção de alguns deles, o que proporcionaria menores custos ao investidor, tornando mais atraente o investimento.

A liberalização financeira tem o papel de possibilitar a entrada do investimento, principalmente os investimentos em portfólio, que poderiam chegar a se tornarem processos de fusão e aquisição. Além disso, deveria ser garantida a possibilidade de remessa de lucros, royalties e

---

<sup>4</sup> E. Lim, 2001, p. 12-13, 19

dividendos, garantido a repatriação da remuneração do capital. Deveria-se também garantir a rápida saída dos investimentos, diminuindo o risco para o investidor, o que tornaria o investimento na economia local mais atraente. Essas medidas têm como finalidade atrair capital externo, que seria usado para capitalizar empresas e permitir um maior nível de investimento destas.

O papel do Estado na atração de IED resumiria-se a garantia da propriedade, a estabilidade dos contratos e a estabilidade econômica, além de trabalhar ativamente na diminuição das restrições pré e pós-entrada. As empresas estrangeiras precisam dessas garantias para não haver o risco de perdas relacionadas a calotes, confiscos ou mudanças bruscas na economia. Essas garantias possibilitariam um melhor cálculo capitalista da rentabilidade do investimento, diminuindo seu risco e tornando-o mais atraente.<sup>5</sup>

O Estado também poderia agir, caso não haja interesse privado, na infraestrutura, na educação e qualificação da força de trabalho. Muitas empresas estrangeiras demandam uma força de trabalho ou serviços extremamente qualificados, e o Estado teria o papel de prover essa qualificação para a força de trabalho local, possibilitando a produção da indústria a custos menores, já que a grande escassez de trabalho qualificado tornaria-o muito caro.

O Estado deveria prover essa infraestrutura, caso não exista, permitindo um menor custo de transporte e energia, diminuindo custos de produção e transação. É preciso garantir o abastecimento de água e luz para as indústrias, além do fácil escoamento de sua produção. A infraestrutura deve prover também ligação com as economias externas, possibilitando exportação e as importações necessárias às indústrias.

O caso de leis ambientais já é mais discutido, havendo a possibilidade de problemas relacionados a dumping social. A adoção por parte de países subdesenvolvidos de práticas extremamente predatórias e destrutivas do meio ambiente poderiam ser classificadas como dumping social, uma forma muito criticada internacionalmente de se conseguir vantagens na produção, diminuindo o custo desta.

O dumping social não se restringe ao meio ambiente, mas também pode ser praticado no mercado de trabalho, com o Estado sendo complacente com o uso de formas de trabalho condenáveis, como o trabalho infantil ou o trabalho escravo, além de baixíssimos salários.

---

<sup>5</sup> P. Nnnekamp & J. Spatz, 2002, p. 31-33

Como pôde ser visto, essas políticas teriam o papel de diminuir custos de produção e de transação, além de promover estabilidade, incentivando a vinda de investimento estrangeiro direto. Porém, como será mostrado a seguir, a eficácia dessas políticas é discutível, além de um problema mais grave ainda, os impactos que elas geram no longo prazo na economia local.

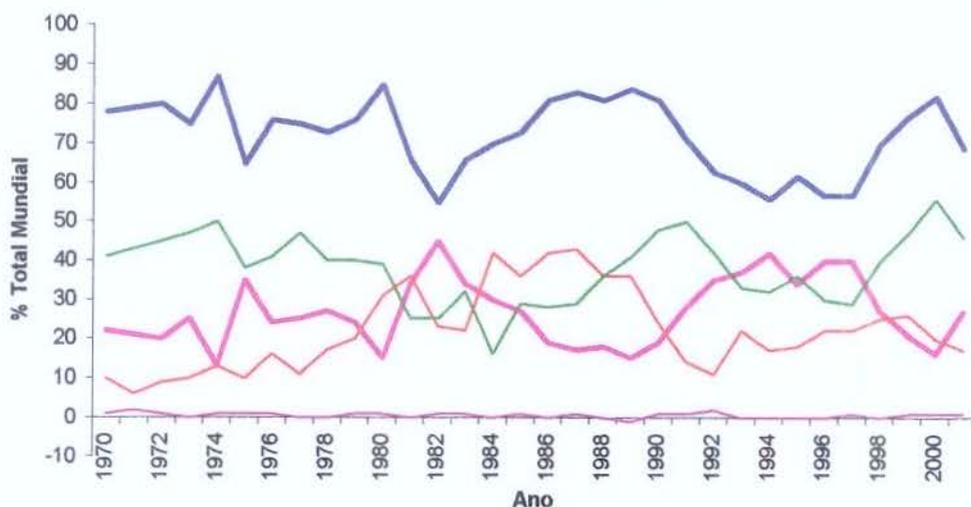
### **1.5 - A Crítica a Visão Ortodoxa**

A visão ortodoxa, como mostra Chesnais, é um tanto simplista. Para o autor o incentivo a transnacionalização vem não apenas de custos de fatores ou de transação, mas de uma estratégia mundializada de uma empresa ou grupos mundializados.

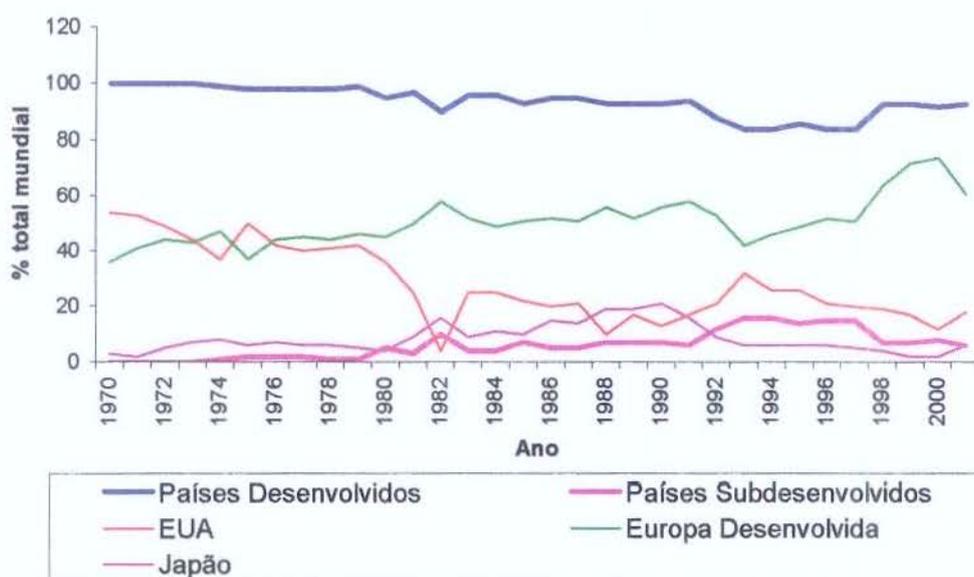
Não se deve desprezar os fatores de atração mencionados no item anterior, já que as empresas os observam e os levam em consideração. Mas como dito “as empresas observam”, sendo assim o fator crítico suas estratégias e suas aspirações para com o país em que pretendem instalar uma filial. A proximidade com o mercado ou com produtores de insumos pode trazer vantagens não apenas de custo, mas também relacionadas às barreiras de entrada ao mercado, através do controle mais direto de produtores de insumos e dos consumidores, com a multinacional instituindo oligopsônios e oligopólios.

Comprovando essa tese estão os sentidos dos fluxos de investimento estrangeiro direto. Como pode-se ver pelos gráficos a seguir, a maior parte dos fluxos de entrada e de saída de IED é historicamente entre países desenvolvidos, principalmente intratríade. Assim é difícil justificar a tese de que investimentos estrangeiros buscam apenas eficiência, ou menores custos. A busca por acesso a novos mercados e por vantagens não relacionadas a custos também seria um importante fator na direção desses investimentos, já que as estruturas econômicas e institucionais que influenciam nos custos das empresas são razoavelmente semelhantes nesses países.

### Concentração dos Fluxos de Entrada e IED



### Concentração dos Fluxos de Saída de IED



Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics

Outro fato interessante do IED intratríade é que grande parte do investimento se deu na forma de fusão e aquisição, sendo uma clara estratégia das empresas de se estabelecer no mercado e eliminar a competição, ganhando vantagens relacionadas à proximidade do mercado consumidor. Através da compra de uma empresa local a empresa estrangeira ao mesmo tempo ganha um melhor acesso a um mercado, eliminando a concorrência e se aproveitando das estruturas já estabelecidas

pela empresa comprada, como relações com fornecedores, consumidores e mercado cativo. Assim, levando-se em conta apenas os fatores de atração de IED dados pela teoria ortodoxa, não é possível explicar os fluxos de investimentos entre países desenvolvidos.

É importante notar que o grande boom de investimentos teve início quando a maioria dos países ainda mantinham grandes barreiras à importação, sejam elas tarifárias ou não. As empresas buscavam além de uma penetração no mercado, um modo de escapar dessas barreiras, produzindo internamente. Como já dito, Nunnenkamp e Sptaz mostram que essa tendência continua, com a “nova fronteira” dos investimentos, o setor de serviços, porém não mais podendo se aplicar ao setor produtivo.

Seguindo, ainda temos visão de Caio Prado Jr.<sup>6</sup>. O Fator determinante do IED é a lucratividade potencial do investimento. “Resta assim considerar, na análise das inversões externas nos países subdesenvolvidos, a perspectiva de remuneração do capital invertido que elas apresentam”.

A capacidade de remuneração do capital externo estaria diretamente ligada aos saldos comerciais do país, que seriam responsáveis pela geração de divisas usadas, posteriormente, nos lançamentos de lucros e dividendos. Ainda para Caio Prado, o IED, quando voltado para o mercado interno, como ocorre atualmente, cria uma tendência à deterioração das contas externas. Se o investimento estrangeiro não cria divisas e as consomem através de importações e lançamentos de lucros, dividendos e royalties, a capacidade do país de remunerar esses investimentos diminui, já que este pode se ver sem divisas.

Com essa linha de pensamento pode-se chegar a conclusão que o estoque de investimento estrangeiro direto pode ter um impacto negativo nos fluxos desse investimento, na medida que esses estoques comprometem a capacidade de remuneração dos novos fluxos.

Com essa visão em mente pode-se concluir que a eficácia de políticas de atração de IED não é certa, não havendo, portanto, uma fórmula para a atração do IED. Políticas que em uma primeira análise poderiam atrair investimento podem em outro momento desestimulá-lo. Liberalização comercial pode incentivar o investimento no caso de uma empresa com uma estratégia de internacionalização vertical, que se encaixa no modelo de produção global, permitindo a importação de matérias primas e componentes. Essa mesma política pode ser nociva à atração de investimento

---

<sup>6</sup> C. Prado Jr. 1971, p. 193-200

estrangeiro direto se as firmas procuram mercados consumidores, com uma estratégia de internacionalização horizontal, ou seja, produzir e vender no mercado interno.

Outra observação pertinente é quanto aos impactos de longo prazo das políticas de atração de investimento estrangeiro direto. As empresas que se instalam em outros países em geral tem um interesse de longo prazo neles, principalmente quando montam uma nova planta, criando grandes custos afundados. Assim políticas como liberalização do mercado de trabalho ou comerciais podem ser extremamente nocivas à atração de alguns tipos de IED, principalmente os de forma horizontal, se os investidores perceberem que essas políticas podem ser nocivas em relação à renda e ao poder de consumo da população do país hospedeiro.

Nota-se então uma subjetividade dos fatores de atração do IED. Fatores que para uma empresa são positivos para outras são negativos. O fator mais relevante seria então as estratégias globais das empresas, o que elas buscam em outros países e o que pretendem conseguir com suas filiais. A pergunta mais pertinente, portanto, não seria como atrair investimento estrangeiro direto, mas sim que investimentos pretendemos atrair, e, não menos importante, que preço estamos dispostos a pagar para ter acesso a esse capital.

## Capítulo II

### Impactos sobre a Economia Receptora

#### 2.1 - Introdução

Nesse capítulo serão estudados os impactos de curto e longo prazo do investimento estrangeiro direto, além dos impactos das possíveis políticas de atração desse investimento. Para esse estudo é essencial a classificação do IED mostrada no capítulo anterior, já que os impactos do investimento, assim como das políticas de atração diferirão de acordo com o modo de entrada e o tipo de investimento estrangeiro direto.

O capítulo está dividido entre impactos das políticas de atração do investimento estrangeiro direto e do investimento propriamente dito, sejam esses impactos de curto ou longo prazo. Assim ao final do capítulo terão sido expostos os perigos e armadilhas que podem ser criados pelo IED.

#### 2.2 – Os Impactos das Políticas de Atração do Investimento Estrangeiro Direto.

As políticas de atração de IED já citadas possuem efeitos colaterais, muitas vezes manifestados no longo prazo. Tendo-se em vista um projeto de desenvolvimento, torna-se extremamente importante o estudo das alterações nas estruturas das economias que adotam tais políticas.

A primeira política a ser aqui discutida é a política comercial. Como já dito no capítulo I, a visão ortodoxa prega a liberalização comercial para atrair investimentos externos, porém nem sempre sendo eficaz, como no caso de uma empresa que pretende vender ao mercado interno. O ponto mais importante a ser aqui discutido é o impacto das quedas das barreiras de importações sobre o parque produtivo local.

Muitas das empresas nacionais de países subdesenvolvidos não sobreviveriam a uma irrestrita abertura comercial por vários motivos, como baixa produtividade, baixa capacidade de financiamento, mercado local restrito, altos custos. O impacto da liberalização no médio prazo, portanto, seria uma destruição do parque produtivo local, quebrando cadeias produtivas e tornando o

país dependente de importações de insumos e componentes que eram ou poderiam ser produzidos localmente.

Esse impacto sobre o parque produtivo local se agravaria se o governo local toma-se uma posição passiva quanto à concorrência, não dando ajuda às empresas nacionais para suportar a concorrência externa e mesmo das transnacionais, que por sua capacidade de alavancagem, melhor tecnologia ou mesmo benefícios dados para a vinda da empresa, tenderia a monopolizar o mercado, ou a dividi-lo com poucas outras empresas transnacionais.

A política de não intervenção do Estado sobre a concorrência também é um ponto de contradição na teoria ortodoxa do investimento estrangeiro direto, já que essa teoria prega que um bom modo de se atrair investimentos estrangeiros são os benefícios e discriminação tributária, que permitiriam menores custos, garantindo vantagens competitivas para essas empresas. Assim a conclusão que se pode chegar é que a teoria ortodoxa afirma que não se deve dar vantagens às empresas nacionais, sendo tudo válido para a atração de investimento estrangeiro, mesmo a completa desnacionalização do parque produtivo local.

Quanto a vantagens tributárias, nem sempre são eficazes, havendo um risco moral nessa política, como mostrado por Wanda Tseng e Harm Zebregs.<sup>7</sup> Em um sistema como esse os agentes nacionais fariam remessas de divisas para o exterior para depois repatriá-las como investimento estrangeiro, para assim gozar das vantagens tributárias oferecidas pelo governo para esse tipo de investimento, em um movimento que os autores chamam de round-tripping. Com isso pode-se concluir que as estimativas de fluxos de IED nos países que adotam vantagens tributárias para esses investimentos são sobre-estimadas, com capital nacional entrando disfarçado.

Quanto ao mercado de trabalho, há de se levar em conta que os países subdesenvolvidos convivem, diferentemente dos desenvolvidos, com o desemprego estrutural. Assim sendo uma liberalização das leis trabalhistas geraria não um aumento do emprego, mas uma precarização das condições do trabalho e queda vertiginosa dos salários. Em um primeiro momento a queda dos salários trariam vantagens para a atração de empresas que buscam eficiência, porém, com a futura queda da renda e do poder de compra da população, diminuiriam os atrativos para empresas que buscam o mercado interno, que como já falado anteriormente e mostrado por Nunnenkamp e Spatz, ainda são a maior parte do investimento estrangeiro direto.

---

<sup>7</sup> W. Tseng & H. Zebregs, 2002, p 3-4

A liberalização financeira, com possibilidade de fuga de capital investido em carteira e liberdade de remessa de lucros, dividendos e pagamentos de juros para agentes estrangeiros pode se tornar um grande ponto de sangria de divisas. Deve-se levar em conta que uma liberalização não afetará somente os investimentos estrangeiros direto, mas também investimentos especulativos e capital volátil, permitindo a fuga deles em curto espaço de tempo. A liberalização financeira apenas agrava a vulnerabilidade externa do país, abrindo possibilidade de graves crises provocadas pela fuga de capitais propiciada por pânico e incertezas muitas vezes infundadas.

Porém o capital internacional exige que lucros e dividendos possam ser lançados ao exterior, sendo assim impossível uma barreira completa a saída de capitais, caso pretenda-se atrair capital externo.

Quanto a infraestrutura interna é inegável a sua necessidade, porém ela não deve ser voltada apenas para os investimentos estrangeiros, já que também é essencial para o capital produtivo nacional. A infraestrutura, seja em transporte, energia, sistema produtivo interno, não é apenas um fator de atração de IED, mas sim um condicionante e um possível gargalo ao crescimento do país.

O mesmo pode-se dizer da educação e do nível de escolaridade de um país, com o acréscimo do impacto social. A educação de um povo não é apenas a formação de mão de obra qualificada, mas sim a formação de uma cultura nacional e de um cidadão consciente.

Políticas de atração de investimento que se focam na exploração predatória do meio-ambiente geram um crescimento não sustentável, que terá fim com o esgotamento de recursos não renováveis. Tais políticas comprometem o bem estar das gerações futuras, que terão que conviver com a poluição e a destruição do meio-ambiente, por um pequeno crescimento no presente, demonstrando assim uma falta de visão do futuro ou um completo descaso com este, não havendo, portanto, um projeto de desenvolvimento.

A atração de IED através da adoção de práticas de trabalho condenáveis também mostra um descaso com o futuro. Os investimentos atraídos terão menores impactos sobre o crescimento econômico do país, já que não ajudarão na formação de um mercado interno em função dos baixos salários que as empresas pagarão.

## 2.3 – Impactos do IED

É inegável que os fluxos investimento estrangeiro direto geram impactos profundos nas economias receptoras, porém muitas vezes esses impactos são analisados superficialmente, levando-se em conta mais o curto prazo do que o longo, onde podem se manifestar grandes efeitos negativos. Nesse item serão estudados esses impactos, sendo necessário esse entendimento para que se possa estudar a viabilidade de um projeto de desenvolvimento baseado em IED.

### 2.3.1 – O Setor Externo

O primeiro impacto a ser aqui estudado é sobre as contas externas de um dado país. O mais visível e fácil de todos é a capacidade do IED de financiar déficits de conta corrente. O crescimento dos fluxos de IED na década de noventa ajudaram nos planos de estabilização de preços nos países da América Latina, na medida que financiavam os grandes déficits de conta corrente que surgiam com a liberalização comercial que acompanhavam esses planos.

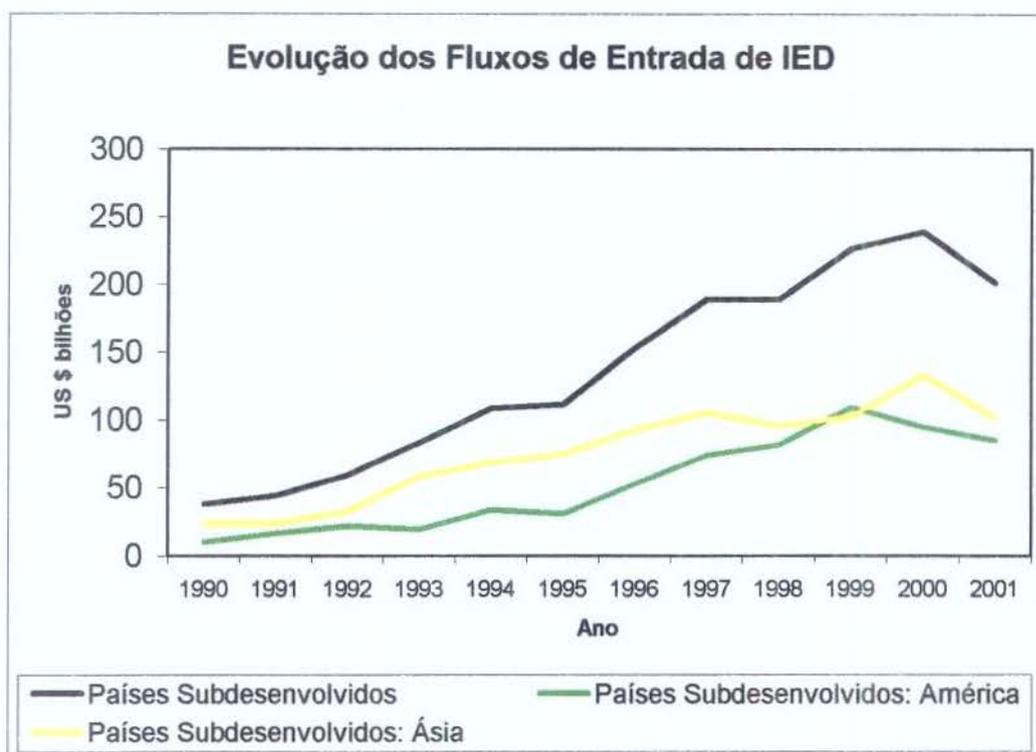
Assim o grande volume de entrada de IED ajudou a financiar importações que cresciam com a abertura comercial que tinha como função aumentar a concorrência, com produtos estrangeiros agora concorrendo com os nacionais, ajudando na estabilização dos preços.

#### Resultado em Conta Corrente (US\$ milhões)

Ano/País	1980	1985	1990	1995	2000
Argentina	-4.774	-952	4.552	-5.210	-8.970
Brasil	-12.831	-280	-3.823	-18.136	-24.632
Chile	-1.971	-1.413	-485	-1.350	-991
China	..	-11.417	11.997	1.618	20.518
México	-10.422	800	-7.451	-1.576	-17.740

Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics

Se o objetivo principal de um país é financiar seu Balanço de Pagamentos, sem haver um projeto de desenvolvimento nacional relacionado ao IED, não é tão importante a forma que ele entra, sendo ele investimentos em novas atividades ou apenas fusão e aquisição.



Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics

Porém essa fonte de financiamento, apesar de crescente, como pode se ver no gráfico acima, não possui grande estabilidade, oscilando de acordo com a situação internacional. Como se pode ver, a queda dos fluxos de entrada de IED em 1999 na América Latina e em 2000 na Ásia é considerável e, se depender da conjuntura internacional, será prolongada, o que já criou problemas de Balanço de Pagamentos em muitos países. Assim essa forma de se financiar o balanço de pagamentos é inviável a longo prazo, não resolvendo os problemas estruturais do setor externo do país e aumentando a vulnerabilidade externa do hospedeiro através de seus impactos secundários. Lembremo-nos da crise que os países da América Latina passaram na década de 1980 em função da ilusão que condições de financiamento externo favoráveis poderiam resolver seus problemas de Balanço de Pagamentos.

Os impactos secundários, ou de longo prazo, sobre o Balanço de Pagamentos já são um pouco mais complexos. Primeiramente há o problema gerado pela remessa de lucros. Toda firma multinacional irá remeter parte de seus lucros à matriz, causando assim um aumento futuro da saída

de capital do país, piorando seu Balanço de Pagamentos. O mesmo irá acontecer no caso de franquias, onde serão remetidos para o exterior os direitos da franquia, royalties, ou no caso de joint-ventures, onde também haverá remessas de lucros. Outra fonte de saída de capital gerada pelo investimento estrangeiro direto são os juros pagos para matriz, advindos de empréstimos intrafirmas.

**Débitos em Conta Corrente (US\$ milhões):  
Renda do Investimento Estrangeiro Direto**

Ano/País	1980	1985	1990	1995	2000
Argentina	-605	-426	-637	-2.130	-3.021
Brasil	-955	-1.682	-1.892	-2.814	-4.237
Chile	-86	-159	-387	-2.178	-2.122
China	-	-14	-46	-9.953	-20.198
México	-1366	-954	-2.304	-4.259	-5.634

Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics

Soma-se à tendência de deterioração das contas externas o problema do reinvestimento. O reinvestimento de lucros aumentará os lucros futuros da empresa, assim como o seu capital, muitas vezes utilizado como base de cálculo para o montante de remessas que podem ser feitas à matriz, aumentando assim as remessas de lucros futuras. Esse problema é agravado pela alta rentabilidade das empresas multinacionais e tem difícil solução, já que a possibilidade de controles de remessas de lucros futuras pode causar uma grande remessa no curto prazo, ameaçando a estabilidade das contas externas.

Com isso tem-se que o que é comumente considerado uma grande vantagem do IED, a capacidade das firmas transnacionais se capitalizarem e assim investirem ou sobreviverem a crises, tem suas desvantagens. A formas delas se capitalizarem são através de empréstimos intrafirma, onde a filial toma empréstimos da matriz e depois paga juros desses empréstimos, aportes de capital, que aumentam de lançamento de dividendos da filial, ou mesmo, em alguns casos, empréstimos de agentes residentes, que diminui o volume de crédito disponível para empresas nacionais.

Os impactos sobre o comércio também são importantes. De acordo com Chesnais é impossível dissociar o comércio mundial dos fluxos de investimento estrangeiro direto. Isso se dá em função do que ele caracteriza como um sistema de produção mundial ou global, onde várias filiais de uma empresa, localizadas em vários países produzem cada uma parte do produto final. Essa

técnica de produção pode ser comprovada através do grande volume de comércio intrafirma, que corresponde, de acordo com a UNCTAD, à 33% do comércio mundial em 1993.

Levando-se em conta que muitas vezes essas empresas produzem produtos de baixo valor agregado ou são altamente dependentes de importações, fazendo com que o grau de nacionalidade do produto seja baixo, pode-se concluir que os impactos positivos na conta comércio gerados pela vinda das multinacionais são bem menores do que aparentam a primeira vista.

Somando-se essa análise à de Nunnenkamp & Spatz, que dizem que a grande parte do IED atualmente ainda possui um perfil voltado ao mercado interno, geralmente no setor de serviços, torna-se ainda menor a possibilidade de se gerar grandes superávits comerciais através apenas de investimento direto. Para se gerar esse superávits seria necessário um altíssimo volume de investimento, que apenas poucos países possuem capacidade de atrair.

Concluindo, temos que as importações que as empresas estrangeiras necessitarão para sua produção, em conjunto com suas operações financeiras internacionais, começariam a pressionar a conta comércio e a conta serviços no balanço de pagamentos. Esse efeito conjugado com o tradicional déficit dos países subdesenvolvidos na conta serviço agravaria o déficit estrutural em conta corrente desses países, sendo necessário o contínuo financiamento do balanço de pagamentos através do ingresso de capital. Com isso tem-se o contínuo aumento da vulnerabilidade externa do país, com esse necessitando cada vez mais de ingresso de capital estrangeiro para fechar suas contas externas.

### **2.3.2 – A Produtividade**

Um grande argumento dos autores ortodoxos a favor do investimento estrangeiro direto é sua capacidade de aumentar a produtividade da economia, através de novas tecnologias e técnicas de produção e administração trazidas pelas multinacionais. Essa tecnologia ainda transbordaria o setor e se espalharia pela economia aumentando a produtividade de vários setores da economia local, aumentando assim a competitividade internacional do país.

Essa linha de raciocínio é altamente criticável em vários pontos. Não há garantias do aumento de produtividade através do investimento estrangeiro direto, como mostra Ewe-Ghee Lim<sup>8</sup>, usando o argumento de Paul Krugman. O argumento é que muitas vezes o IED entra no país em

---

<sup>8</sup> E. Lim 2001, p. 8-9

momentos de crise cambial ou produtiva, quando os ativos nacionais estão extremamente baratos, gerando um processo de aquisição de ativos nacionais por agentes estrangeiros. As empresas compradas seriam mantidas como eram, não havendo grandes investimentos, melhorias ou injeção de tecnologia, sendo o processo apenas uma troca de posse da empresa.

Porém mesmo que haja injeção de novas tecnologias a hipótese de transbordamento também não é certa. A capacidade da economia absorver essa tecnologia irá depender primeiro do nível tecnológico da economia e do nível de educação no país, para poder haver a possibilidade de cópia da tecnologia, como mostrado por Ewee-Ghee Lim<sup>9</sup>, sendo necessária a avaliação do hiato tecnológico entre o nível de tecnologia predominante no país e a tecnologia trazida. Junto com isso temos ainda o problema de produção da tecnologia. O país deve possuir a capacidade de não apenas “entender”, mas também de replicar o que foi absorvido, o que envolveria um setor de produção de bens de capital desenvolvido. Temos também que o desenvolvimento do departamento de bens de capital é colocado em risco caso haja uma grande entrada de IED no país, pois esse poderá trazer seus próprios bens de capital, havendo assim investimento, porém não havendo demanda por bens de capital.

Ainda surge o problema do grau de investimento muitas vezes necessário para se adotar a nova tecnologia, supondo-se que ela esteja disponível. Os custos proibitivos de uma mudança na tecnologia deixaria com certeza a maior parte dos agentes nacionais impossibilitados de adotá-la.

Há ainda outro problema na possibilidade de absorção de tecnologia: as patentes. A OMC vem pressionando cada vez mais para que países adotem leis internacionais de patentes, o que legalmente impossibilitaria a cópia da tecnologia. A crescente adoção de tais leis por vários países no mundo levará a um sistema de monopólio da tecnologia nas mãos das grandes empresas, sem a possibilidade de absorção dessa tecnologia pelos países subdesenvolvidos.

Quanto aos ganhos de competitividade internacional, eles são contestáveis. De novo deve-se salientar que a maior parte do IED ainda é voltado ao mercado interno, muitas vezes em produtos e serviços não comercializáveis, não havendo portanto sentido em se falar de competitividade internacional. Ademais os investimentos que buscam mercado externo e entram no país apenas o fazem pois o país já possui alguns fatores que lhe proporcionam competitividade e muitas vezes são voltados ao comércio intrafirma, que é monopolístico por natureza. Assim para haver ganhos de

---

<sup>9</sup> e. Lim 2001, p. 4

competitividade da economia teria que ocorrer o transbordamento de tecnologia, o que, como foi demonstrado, geralmente não ocorre ou é marginal.

Outro fator que autores ortodoxos colocam para o aumento da produtividade na economia advindo do IED é a qualificação da mão de obra local. As multinacionais que viriam para o país desempenhariam um importante papel na formação de mão de obra qualificada. Porém, como visto nos fatores de atração de investimentos estrangeiros, a qualificação da mão de obra é um fator necessário para a vinda das empresas. Assim as multinacionais absorveriam o contingente de mão de obra qualificada, e não formariam a sua própria mão de obra, o que implicaria em maiores custos para a empresa. A qualificação da mão de obra ainda dependeria de agentes locais e do governo.

Outro fenômeno passível de se ocorrer é uma diminuição da mão de obra qualificada disponível para empresas nacionais, na medida que as empresas multinacionais absorveriam e esgotariam os trabalhadores qualificados, já que essas empresas, em geral, possuem uma capacidade de pagar melhores salários e benefícios. Com isso a produtividade e a competitividade das empresas nacionais tenderiam a diminuir.

### **2.3.3 – Desnacionalização e Fusão/Aquisição X Novas Atividades**

Temos ainda a processo de desnacionalização do sistema produtivo ou serviços nacionais. A capacidade de investimento e o diferencial de tecnologia tornam por si mesmos a empresa multinacional mais competitiva, proporcionando-lhe a capacidade de se sobrepor às empresas nacionais e monopolizar o mercado nacional. Como mostrado por Fajnzylber<sup>10</sup> existe uma grande tendência de concentração do capital nas empresas multinacionais instaladas em um país subdesenvolvido. Isso se daria em função da maior eficiência dessas empresas, assim como pelas barreiras a entrada que elas são capazes de criar ou transpor e pelo fato de elas estarem no núcleo do centro dinâmico da economia. Pode-se somar a tudo isso a inadequação tecnológica, que em função das altas escalas de produção ligadas a tecnologia trazida tendem a gerar setores produtivos extremamente concentrados.

---

<sup>10</sup> F. Fajnzylber 1977, p. 16-20

O processo de desnacionalização pode ser agravado pelo já citado mecanismo que Krugman descreve, a possibilidade de agentes estrangeiros comprarem ativos nacionais em momentos de crise, assim como as vantagens comumente dadas às empresas estrangeiras que se instalarem no país, como a renúncia fiscal.

Poderia-se argumentar que essas empresas, por mais que gerassem uma desnacionalização do parque produtivo nacional, teriam um importante papel no fortalecimento do capital nacional através da demanda derivada. Porém, como já observado, em um sistema de produção global, essa demanda derivada perde grande parte de seu efeito, com as empresas multinacionais importando peças e componentes, ou mesmo sendo supridas por outras empresas estrangeiras.

Esse processo de desnacionalização poderia ocorrer de dois modos: através de investimentos em novas atividades ou de maneira mais nociva ainda, através de processos de fusão e aquisição. Uma vantagem dos investimentos em novas atividades é sua capacidade de gerar novos empregos e adicionar mais a produção nacional, além da tecnologia muitas vezes trazidas com ele. Esse tipo de investimento tem um maior impacto no curto prazo, pois irá demandar fatores para a sua instalação, sendo necessárias muitas vezes a construção de novas plantas, infraestrutura, oferta de serviços, etc. Assim sendo poder-se-ia chegar a conclusão que a demanda derivada gerada por esse tipo de investimento é considerável, assim como seu impacto sobre o crescimento do PIB.

Já o mesmo não ocorre com os investimentos em fusão e aquisição. Estes são caracterizados por um processo de transferência de propriedade, vindo acompanhados de, muitas vezes, apenas pequenas mudanças na estrutura da empresa comprada, o que geralmente significa demissões e reestruturação administrativa. Dificilmente o processo gerará um aumento da demanda derivada interna, podendo até diminuí-la, já que a nova empresa dona pode preferir fornecedores externos com os quais já possuía contado.

Tem-se assim um processo crescente de desnacionalização da economia, agravado e potencializado pela tendência a concentração do capital nacional nas mãos das multinacionais, por fim transferindo a renda nacional para agentes estrangeiros.

### 2.3.4 – O Emprego

Um tema controverso do IED é seu impacto sobre o mercado de trabalho e o emprego na economia local. Uma análise superficial, geralmente adotada por autores ortodoxos, pode levar a conclusão de que o investimento estrangeiro direto possui uma grande capacidade de gerar emprego através de seus investimentos.

Isso poderia ser verdade se esses investimentos fossem responsáveis por gerar uma grande demanda derivada e essa demanda não fosse desviada para importações, como geralmente ocorre. A capacidade de geração de emprego é menor ainda para processos de fusão e aquisição, como visto anteriormente, em função de sua baixa capacidade de gerar demanda derivada e de se aproveitar de estruturas já prontas.

O impacto sobre o emprego se torna ainda mais incerto, e provavelmente negativo, se levarmos em conta o pensamento cepalino, principalmente no que se refere a inadequação tecnológica<sup>11</sup>. A geração de emprego é muito diminuída em função da tecnologia poupadora de trabalho que é trazida das economias centrais e agravada pela quebra dos setores nacionais mais atrasados e concorrentes da multinacional. A multinacional, como já dito, muito mais competitiva irá quebrar as empresas concorrentes de menor porte, gerando um grande desemprego, já que em geral os setores mais atrasados são grandes responsáveis por gerar empregos, em função da baixa tecnologia empregada em seu processo produtivo. A incapacidade do progresso técnico trazido pela multinacional de se espalhar pela economia ou de os ganhos de produtividade serem repassados a salários, mesmo que indiretamente através de preços, não geraria o ciclo de crescimento previsto por Schumpeter que seria responsável por absorver essa mão de obra desempregada pelo processo de inovação, gerando assim o desemprego estrutural.

Fajnzylber<sup>12</sup> ainda acrescenta a interação das multinacionais com as empresas não ligadas às suas cadeias produtivas. A instalação de uma multinacional irá gerar conflitos distributivos na economia nacional, com o capital nacional disputando o excedente social com a nova empresa. Esse conflito irá gerar uma tendência a modernização das empresas nacionais, que buscarão por esse meio obter uma maior competitividade. Esse processo de modernização se dará através do aumento da

---

<sup>11</sup> O. Rodriguez 1981, p. 78-89

<sup>12</sup> F. Fajnzylber 1977, p. 26-28

produtividade, feito através do aumento do coeficiente capital/trabalho, aumentando assim o desemprego.

Assim sendo pode-se chegar a conclusão que a grande empresa multinacional possui um importante papel na manutenção do desemprego estrutural, perpetuando-o através da avançadíssima tecnologia trazida com os investimentos. Esse processo se agrava, é claro, quanto maior o volume de IED e quanto mais setores da economia ele entrar.

Conclui-se então que o que era tido como a maior vantagem do investimento estrangeiro direto, o progresso técnico, tem grandes desvantagens, perpetuando vícios e estruturas nocivas presentes em economias subdesenvolvidas.

Os impactos sobre o emprego não se restringem ao volume deste, mas também a sua alocação. Em função da capacidade de oferecer melhores salários e benefícios as empresas multinacionais acabariam por absorver os trabalhadores mais qualificados, deixando as empresas nacionais com os menos qualificados e produtivos, agravando o diferencial de competitividade entre a empresa nacional e multinacional.

### **2.3.5 – A Heterogeneidade e Concentração**

Agora serão observados os impactos do investimento estrangeiro direto na heterogeneidade estrutural característica dos países subdesenvolvidos. Iniciarei com o agravamento da heterogeneidade setorial.

Os países subdesenvolvidos têm como uma de suas características comuns uma grande heterogeneidade setorial. Alguns setores dessas economias são extremamente desenvolvidos, com um modo de produção e produtividade que se aproximam dos países desenvolvidos. Porém convivendo com a modernidade desses setores existem outros extremamente atrasados, com baixíssima produtividade e tecnologia.

O IED tende a desempenhar um papel de agravamento dessa situação, na medida que tende a se concentrar em alguns setores que interessam à estratégia mundial das multinacionais. Caso ele cumprisse o papel que normalmente lhe é atribuído, o de trazer novas tecnologias para o país receptor, esses investimentos poderiam ter um importante impacto sobre a homogeneização das estruturas produtivas de todos os setores. Porém não há garantias de que essas novas tecnologias sejam trazidas e, muito menos, que elas se difundirão na economia.

Na realidade, quando o investimento estrangeiro direto traz novas tecnologias, elas são mantidas sobre o seu controle, aumentando o hiato tecnológico entre os setores atrasados da economia e os setores avançados. Haverá ainda uma tendência a perpetuação desse hiato, já que os setores mais avançados serão os setores dinâmicos da economia, propiciando maiores ganhos, recebendo maiores investimentos, constantemente se modernizando, enquanto os setores mais atrasados tornam-se marginais a economia, com baixa produtividade, baixos ganhos, baixos investimentos e nas mãos do capital nacional, incapaz de se ampliar.

O IED também possui uma característica de concentração regional, indo para as regiões mais desenvolvidas dos países receptores, em busca de mercados, infraestrutura ou insumos. Nos países subdesenvolvidos a heterogeneidade regional já é um problema grave e de difícil solução, exigindo que o governo interfira nas decisões de investimento de agentes internos ou propicie vantagens para se investir em regiões marginalizadas. A interferência do Estado em decisões de investimento feitas por agentes externos é muito mais complicada e custosa, muitas vezes exigindo gigantescos investimentos em infraestrutura ou concessões de vantagens. Um grande problema com isso é que essa infraestrutura e concessões se reverterão em uma maior lucratividade das empresas multinacionais que se aproveitam delas e, posteriormente, farão remessas de lucros às suas matrizes, montando assim um esquema de transferências dos recursos nacionais para o exterior.

Temos ainda o agravamento da concentração da renda. Como já dito as multinacionais possuem uma capacidade de oferecer melhores salários que as outras empresas. Assim, por menores que sejam esses salários eles tendem a ser maiores que no restante da economia, para atrair os melhores, mais qualificados e produtivos profissionais. Com isso tem-se a tendência de criação de uma casta de trabalhadores melhor remunerados ligados ao capital internacional.

Esse processo de concentração de renda é muito bem descrito por Fajnzylber<sup>13</sup>. Cito:

“Caso sejam corretas as suposições:

- I) Que a relação capital-trabalho, a produtividade por homem e as remunerações são mais altas nas empresas transnacionais e nos setores liderados por elas do que nas empresas nacionais e nos setores liderados por estas últimas.

---

<sup>13</sup> F Fajnzylber 1977, p. 25-26

- II) Que a participação das remunerações no valor agregado é inferior nas empresas transnacionais e nos setores liderados por elas.
- III) Que as empresas transnacionais expandem-se mais rapidamente que as empresas nacionais nos distintos setores e que os setores liderados pelas empresas transnacionais expandem-se mais rapidamente que aquelas lideradas pelas empresas nacionais.”

De acordo com o autor, caso estas suposições estejam corretas, ocorreria não apenas uma concentração da renda nos setores ligados ao capital internacional, mas também uma tendência à concentração da renda nas mãos dos detentores desse capital, em função do aumento da relação capital trabalho.

O autor ainda soma a esse processo a clássica argumentação de Maria da Conceição Tavares e José Serra, desenvolvida no debate sobre a estagnação brasileira na década de sessenta. É fato que a tecnologia trazida pelas multinacionais é incompatível com os países que elas se instalam, caso seja um investimento que busque o mercado interno, em função da alta escala de produção ligada a essa tecnologia e ao pequeno mercado consumidor do país hospedeiro, o que gerou uma tendência à estagnação gerada pelos altos custos associados à capacidade ociosa. A discussão girou em torno de como superar essa estagnação.

O que aconteceu no Brasil, como foi demonstrado por Serra e Conceição Tavares é que um aumento da concentração da renda pôde criar um maior mercado consumidor, contribuindo para a revitalização do crescimento. Essa parte da argumentação faz chegar a conclusão que a inadequação tecnológica ligada ao investimento estrangeiro direto pode criar motivações políticas para a concentração da renda, a fim de se manter no, curto prazo, um processo de crescimento.

Por fim temos a tendência à concentração do capital nas mãos das empresas multinacionais. O mecanismo de concentração do capital está intimamente ligado com a heterogeneidade produtiva, ou seja, o hiato tecnológico e produtivo existente entre os setores modernos e dinâmicos da economia, geralmente com presença marcante e dominante das multinacionais, e os setores atrasados e marginais da economia.

O extremo dinamismo e produtividade dos setores ligados às multinacionais, principalmente se comparados aos outros setores da economia nacional, criará uma forte tendência à concentração do capital, em função das altas taxas de lucro presentes nesses setores, além de sua forte influência e participação no mercado nacional ou internacional.

### **2.3.6 – As Formas de Integração do Capital Externo**

Muitos desses impactos descritos dependem de como o capital externo irá se integrar à economia. A forma de integração irá ditar em primeira estância quais serão os maiores problemas gerados pelo investimento estrangeiro direto, assim como os benefícios que este trará.

Caio Prado Jr distingue principalmente duas formas de integração, cada uma relacionada com a fase do capitalismo característica de sua época<sup>14</sup>. Na fase concorrencial do capitalismo o investimento estrangeiro se integrava de uma maneira mais harmônica na economia nacional. Essa integração muitas vezes era complementar à economia, trazendo serviços essenciais. Quando ocorria da empresa transnacional concorrer com empresas nacionais, esta o fazia em pé de igualdade, não possuindo grandes vantagens. Assim esses investimentos contribuíam para o processo de concorrência no país, se integrando ao mercado nacional, promovendo, ao final, o progresso técnico, abrindo espaço para novos investimentos.

No capitalismo oligopolístico de hoje essa interação com o capital internacional não é mais possível. A grande empresa, ao se instalar no país, busca o domínio de seu mercado, buscando a ampliação de suas vendas e se estruturando simplesmente para poder aumentar a remuneração de seu investimento.

A grande diferença entre a empresa transnacional do capitalismo concorrencial e do capitalismo oligopolístico está em sua posição quanto ao mercado. Enquanto a primeira se adaptava ao mercado, a grande empresa transnacional adapta o mercado aos seus interesses comerciais. Os investimentos não seguirão o interesse nacional, mas sim o das grandes empresas transnacionais, ou seja, o investimento será regido por diretrizes comerciais imediatistas.

O tamanho da empresa transnacional e seu enorme poder causará um impacto no conjunto da economia nacional e em sua evolução. Sua posição monopolística, é claro, lhe permitirá o domínio de seu ramo do mercado, porém muito além disso, sua capacidade de manipular mercados e seu

---

<sup>14</sup> C. Prado Jr 1971, p. 193-212

domínio do atrofiado e desorganizado mercado de capitais dos países subdesenvolvidos fará com que vários setores da economia se hipertrofiem.

O resultado disso é que a empresa nacional se torna marginal ao sistema. O domínio dos setores dinâmicos da economia nacional pelas transnacionais e a marginalização das empresas nacionais, por fim, diminuirá em muito a capacidade de acumulação de capital por agentes nacionais.

Outro grande problema apontado por Caio Prado se refere a mobilidade do investimento estrangeiro direto. A empresa transnacional possui muito menos vínculos com o país hospedeiro do que a empresa nacional, que muitas vezes está confinada a apenas um espaço econômico. A própria natureza multinacional das empresas que entram no país através de IED, conjugada com seu poder oligopolístico e seus interesses comerciais imediatistas, garantem que os vínculos dessa empresa com o país sejam razoavelmente voláteis, ainda mais se comparados com o capital nacional. Essa volatilidade relativa tem um grande efeito sobre a vulnerabilidade do país, com uma possível fuga de capital que poderia ocorrer quando os interesses do capital estrangeiro se vêem ameaçados.

Dadas essas características do investimento estrangeiro direto, Caio Prado chega à conclusão que: “Nessas condições, as inversões estrangeiras do tipo que analisamos constituem muito menos um fator de progresso real – o progresso aparente que proporcionam não vai geralmente além da superfície e exterioridade – que de perturbações destruidoras, a prazo mais ou menos breve, dos eventuais e momentâneos benefícios produzidos”.

Ainda podemos ir um pouco mais além e estudar uma terceira forma de integração do capital externo produtivo com o país: a multinacional de produção global. Alguns dos grandes problemas que Caio Prado aponta no grande capital produtivo estrangeiro são: a falta de vínculos estratégicos com o país hospedeiro, assim como seu domínio do espaço econômico nacional, sua baixa capacidade de gerar novos investimentos e os impactos deformadores do mercado nacional.

Podemos facilmente ver que muitos desses problemas se agravam quando a grande empresa está engajada em um sistema de produção global ou regional. Os vínculos dessa empresa com o país são mínimos, perdurando apenas enquanto o país lhe oferecer grandes vantagens para a empresa continuar a produzir em seu espaço. Essa baixa vinculação, gerada pelo que Caio Prado chama de interesses comerciais imediatistas diminui o poder de barganha de um país na negociação de condições de entrada, ou mesmo de permanência, do investimento estrangeiro. Podemos então concluir que há uma maior volatilidade nesse tipo de investimento estrangeiro direto. Apesar de mais

estável que muitas outras formas de entrada de capital externo, as empresas, com seus interesses imediatistas buscam se resguardar, deixando em aberto a possibilidade de fuga do país.

É fácil notar que um menor poder de barganha do país significa um maior poder do capital externo, o que potencializa seu domínio do espaço econômico nacional e as deformações geradas pelos interesses desse capital.

Quanto ao capital nacional, no caso ele seria ainda mais marginalizado e excluído, sendo expulso para dar lugar à importação de insumos e componentes. Tem-se então um forte processo de desnacionalização do espaço econômico nacional. Assim um modelo de produção global, baseado em importações, diminui em muito a capacidade do investimento gerar um maior crescimento, em função do pouco impacto da demanda derivada gerada por esse investimento, além de provocar um efeito muito maior sobre o enfraquecimento dos centros internos de decisões.

## Capítulo III

### O Investimento Estrangeiro Direto e o Desenvolvimento

#### 3.1 – Introdução

Esse capítulo tem como objetivo estudar o investimento estrangeiro direto tendo em vista um projeto de desenvolvimento nacional. Para tal, inicialmente, mostra-se brevemente algumas visões do desenvolvimento, para que seja possível entender o que se busca, qual o ponto de referência.

Posteriormente é estudado como o IED contribui para crescimento e para a perpetuação de estruturas responsáveis pela manutenção do desenvolvimento. Ao final é feita uma breve reflexão sobre o uso do investimento estrangeiro direto como um ferramenta à serviço de um projeto de desenvolvimento.

#### 3.2 – A Concepção do Subdesenvolvimento

Entendidos a lógica do investimento estrangeiro direto e alguns de seus possíveis impactos, estudaremos agora o papel que este pode desempenhar no processo de desenvolvimento de um país subdesenvolvido. Porém antes é necessária uma breve introdução sobre os dilemas e causas do subdesenvolvimento, para melhor entender o que se busca.

Caio Prado Jr<sup>15</sup> mostra a lógica do desenvolvimento do ponto de vista dos teóricos das escolas ortodoxas. Para estes economistas o desenvolvimento se reduz ao crescimento econômico, possuindo um caráter puramente quantitativo. O desenvolvimento seria um caminho definido universalmente para qualquer país, sendo que cada país estaria em um diferente estágio da jornada.

Em sua crítica a essa visão, Caio Prado Jr define o subdesenvolvimento a partir “da posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente” em um capitalismo mundial. Um dos principais fatores do subdesenvolvimento seria a posição em que o país se insere na divisão internacional do trabalho. “O que distingue e caracteriza (o subdesenvolvimento) não é

unicamente nem principalmente o seu baixo nível de desenvolvimento e progresso econômico, e muito menos a insignificância de sua renda nacional: e sim aquela posição específica que ocupam (os países subdesenvolvidos) no conjunto do sistema capitalista.”.

Para Celso Furtado<sup>16</sup> o subdesenvolvimento é mais uma questão de escolha da sociedade. O cerne do problema do subdesenvolvimento está no processo de modernização de padrões de consumo, ou seja, o mimetismo dos padrões de consumo dos países centrais. Porém essas economias não possuem a capacidade produtiva e nem tão menos as estruturas que permitem ao conjunto da população de desfrutar dessa capacidade produtiva e criar círculos virtuosos de crescimento. Assim não é condição suficiente o progresso técnico, que permite a acumulação capitalista, o aumento do excedente social e a reprodução ampliada do sistema, mas é necessário que primeiro haja o que o autor chama de inovação na esfera dos fins, ou seja, o abandono do mimetismo dos hábitos dos países centrais, da modernização dos padrões de consumo, e seja buscado o desenvolvimento nacional.

No centro da questão produtiva está a incapacidade da economia periférica de desenvolver novas tecnologias e, quando obtidas, difundi-las pelo sistema. Assim o círculo virtuoso de crescimento descrito por Schumpeter, a destruição criadora, não se aplica às economias subdesenvolvidas. A incapacidade de difundir o progresso técnico no total da economia criará uma heterogeneidade no sistema produtivo, fazendo com que setores arcaicos ou atrasados convivam com setores modernos e dinâmicos. Essa heterogeneidade depois causará impactos na heterogeneidade social e na concentração da renda.

Todo esse processo resulta na dependência dos países periféricos do progresso técnico advindo do centro, construindo assim um processo de desenvolvimento desigual e combinado. Desigual no tempo, com a chegada das ondas de progresso técnico dependendo da posição do país periférico na economia mundial e combinado, combinando setores modernos e dinâmicos com setores arcaicos e marginais.

A mais importante observação que podemos tirar com as observações desses autores é que o subdesenvolvimento é um processo que se auto-reproduz no tempo. Portanto o processo de desenvolvimento passaria necessariamente por mudanças qualitativas na economia e na sociedade, e não apenas quantitativas, como o crescimento do PIB per capita. É necessária, portanto, a superação

---

<sup>15</sup> C. Prado Jr 1971, p. 191-192

<sup>16</sup> C. Furtado 1980, p. 1-50

das estruturas subdesenvolvidas e a construção de novas estruturas que permitam um círculo virtuoso de crescimento e de independência nacional, onde o conjunto da população possa se beneficiar dos frutos do progresso.

### **3.3 – O Investimento Estrangeiro Direto e o Subdesenvolvimento**

Tendo em vista as concepções do subdesenvolvimento vistas acima, podemos ver agora qual seria o papel do investimento estrangeiro direto na superação do subdesenvolvimento, assim como suas contribuições para a manutenção de tal estado.

O papel do IED seria, principalmente na visão ortodoxa, trazer o progresso tecnológico assim como captar poupança externa, possibilitando o crescimento econômico, o financiamento das contas externas e o desenvolvimento. Porém, como já foi visto, o resultado final pode ser um movimento contrário ao desenvolvimento da nação.

Temos também os intelectuais do desenvolvimentismo, que buscam através da atração do investimento estrangeiro direto a absorção de progresso técnico, que em conjunto com políticas industriais seriam capazes de desenvolver o país através do avanço de suas forças produtivas.

Para Plínio de Arruda Sampaio Jr.<sup>17</sup> “os primeiros (ortodoxos) abstraem as condições geradas pela desnacionalização da economia”, enquanto “os segundos (desenvolvimentistas) superestimam o raio de manobra das economias dependentes”.

Com essas afirmações temos que na atração do IED deve-se levar em consideração seus impactos mais profundos de longo prazo, além da necessidade de se manter um certo grau de independência do capital externo, usando-o como uma ferramenta, e não sendo dominado por ele, já que “ao transformar a atração de capital em um fim em si, o enfoque apologético impede a definição de critérios racionais para orientar o papel dos investimentos estrangeiros no desenvolvimento”.

O mais importante de se observar no papel que o investimento estrangeiro direto possui no processo de desenvolvimento é o período histórico. São importantes as estruturas do país, seu grau de desenvolvimento, sua dependência, sua capacidade de negociação, assim como a estrutura e a conjuntura do capitalismo internacional. O período histórico que o país passa irá definir suas necessidades, e como o IED pode ajudar a supri-las. O período histórico do capitalismo internacional irá definir o poder das empresas de impor seus interesses em detrimento dos interesses do país

---

<sup>17</sup> P. A. Sampaio Jr (A) p. 1

receptor, ou a capacidade do país receptor de colocar o investimento estrangeiro como uma ferramenta para atender às suas atuais necessidades, em um contexto de um projeto de desenvolvimento nacional. Assim, como Plínio afirma, “a importância do investimento estrangeiro depende da essencialidade do progresso técnico de que ele é portador, o que é determinado pelos objetivos estratégicos que orientam o estilo de desenvolvimento de cada sociedade em cada momento histórico”.

### **3.3.1 – O Crescimento**

Os resultados quanto ao crescimento econômico já foram analisados, e concluiu-se que são ambíguos em função da não garantia de absorção do progresso técnico trazido e da inadequação tecnológica, capaz de causar ondas de falências e desemprego.

Para a geração de crescimento não basta a inovação, é necessário que ela se difunda na economia, possibilitando ganhos de produtividade, aumento de salários reais e da demanda, havendo assim novos investimentos e crescimento. Porém nos países subdesenvolvidos há entraves à essa disseminação do progresso técnico e ao aumento do salário real, exacerbando os impactos do processo destrutivo e minimizando os impactos do processo criativo.

A inadequação tecnológica contribuirá para a heterogeneidade estrutural, assim como para a manutenção do desemprego estrutural. Esse desequilíbrio no mercado de trabalho por sua vez irá possibilitar a manutenção de baixos salários. Isso conjugado com a estrutura oligopolística dos mercados que as multinacionais participam, possibilitará que elas mantenham os frutos do progresso técnico em suas mãos, não compartilhando-os através de menores preços, que refletiriam a produtividade, mantendo os salários reais baixos.

Como também já foi visto esse investimento possui uma baixa capacidade de gerar demanda derivada interna, sendo as necessidades de insumos e componentes providas por importações no caso de um modelo de produção global. No caso da provisão de serviços ou produção para o mercado interno há de se esperar que as empresas multinacionais mantenham seus provedores tradicionais de insumos, componentes e serviços, chegando a trocar empresas nacionais por estrangeiras se o IED entrou na forma de aquisição de uma empresa nacional.

### 3.3.2 – A Restrição Externa e a Condição Periférica

A captação de recursos externos, possibilitando o financiamento dos déficits do Balanço de Pagamentos não é estável no longo prazo, além do IED agravar a vulnerabilidade externa. A argumentação dos ortodoxos segue afirmando que as exportações criadas pelas multinacionais corrigiriam esse efeito. Nessa linha de pensamento baseiam-se os modelos de desenvolvimento fundamentados em plataformas de exportação, que seriam capazes de superar a restrição externa dos países subdesenvolvidos.

Contra tal modelo de desenvolvimento existem vários argumentos. O primeiro deles é que as empresas multinacionais, como já falado, buscam, em sua maioria, o mercado interno e não exportações. Assim já é necessário um certo critério na atração das empresas, buscando-se atrair empresas interessadas em exportar.

Caso essa primeira barreira seja superada, temos ainda outro problema, as importações. As multinacionais interessadas em exportar geralmente estão engajadas em um modelo de produção global, importando insumos e componentes, montando-os e exportando-os. Assim o valor agregado ao produto diminui muito, assim como sua capacidade de influenciar nos resultados comerciais.

Se conseguidos esses resultados comerciais eles ainda terão que ser capazes de financiar os serviços do capital e as remessas relacionadas à renda do capital externo, como lançamento de lucros, dividendos e royalties, para terem um impacto positivo no Balanço de Pagamentos, o que se torna difícil dadas as condições acima citadas.

Mesmo que IED seja capaz de melhorar as contas externas de um país, superando todos esses problemas acima, resta a questão: o país é realmente capaz de se desenvolver apenas exportando mais?

Temos inicialmente que a suposta superação da restrição externa não pode ser mantida no longo prazo, sendo extremamente frágil. A manutenção de tal situação exigiria, primeiro um fluxo estável e crescente de investimento, capaz de manter o avanço do progresso técnico e da competitividade externa das empresas.

Em segundo lugar temos o problema da especialização produtiva geralmente gerada por esses modelos. Na incapacidade de atrair empresas multinacionais de vários setores esses países tendem a se especializar em um ou poucos produtos. Essa especialização torna o equilíbrio das contas externas extremamente frágeis, já que um problema conjuntural, para não falar de estrutural, no mercado

externo em que o setor atua levará à grandes prejuízos para essas empresas e no desajustamento do Balanço de Pagamentos.

Em terceiro lugar, porém não menos importante, temos o problema da deterioração de termos de troca. Furtado afirma que a deterioração dos termos de troca ocorre nos produtos industrializados produzidos pela periferia<sup>18</sup>, o que manteria o processo de transferência de renda para o exterior, além de inviabilizar a manutenção de superávits em conta corrente no longo prazo. Conclui-se que dificilmente um país consegue manter o dinamismo apoiando-se basicamente nas relações externas.

Porém a deterioração dos termos de troca é um sintoma da posição periférica do país. A causa está na incapacidade do país em questão gerar e difundir progresso técnico, o que o torna dependente de países que possuem tal capacidade. A superação da restrição externa terá que passar pela superação da dependência tecnológica, possibilitando que o país seja competitivo no longo prazo em função de constantes inovações que lhes permitam ter ganhos de competitividade, possibilitando uma melhor inserção no sistema capitalista.

### **3.3.3 – Os Centros Internos de Decisões**

Um dos importantes impactos do IED sobre o desenvolvimento é a desarticulação dos centros internos de decisões (CID). Essa desarticulação acaba por impossibilitar a tomada de políticas que visam o desenvolvimento do país, colocando cada vez mais a economia nacional a serviço dos interesses do grande capital externo, subjugando os interesses da nação.

Vejam agora como que o capital externo desarticula os CID. Em primeiro lugar temos o setor externo com sua vulnerabilidade e dependência. Como foi mostrado no capítulo anterior o investimento estrangeiro direto pode ter um grande papel no aumento do déficit estrutural em conta corrente do país receptor. Isso se dará principalmente em função das importações e de pagamentos de serviços e renda do capital externo.

O poder das multinacionais, conjugado com a abertura comercial que lhes interessam, pode gerar um processo de desindustrialização de um país, fazendo com que várias cadeias produtivas fiquem incompletas. Como resultado teremos um aumento da dependência de importações para a produção interna, causando uma rigidez nas importações. Temos ainda o aumento da restrição

---

<sup>18</sup> C. Furtado 2001, p. 43

externa ao crescimento, já que o crescimento econômico certamente acarretará um aumento das importações e, assim, uma deterioração do Balanço de Pagamentos.

O contínuo aumento da vulnerabilidade e da dependência de importações tornará o país cada vez mais dependente de uma contínua e crescente entrada de capitais para financiar seus déficits. Assim o país se vê preso em um círculo vicioso de dependência e agravamento dos problemas em suas contas externas, refém dessa situação e incapaz de mudar o seu rumo em função do isolamento internacional que uma ruptura com o capital internacional causaria.

A dificuldade com tal ruptura advém de fatores políticos e culturais do país em questão. Com sua cultura já impregnada pelos padrões dos países centrais, em um movimento contínuo de modernização dos padrões de consumo e mimetismo cultural, há pouca vontade política de promover uma ruptura que poderia isolar o país do sistema capitalista internacional, impossibilitando-o de desfrutar de seus mais recentes produtos. É importante notar que a grande empresa estrangeira possui um importante papel na modernização dos padrões de consumo, já que ela, como afirma Caio Prado, “adapta o mercado aos seus interesses comerciais”.

No final do processo temos um país cada vez mais dependente, com um poder de barganha cada vez menor, cedendo aos interesses do grande capital internacional em detrimento de seus interesses. No extremo desse processo temos as economias de enclave, completamente dependentes de uma empresa estrangeira, tão poderosa que pode sozinha ditar os rumos da nação e fazer com que seus interesses sejam confundidos com os da nação, impondo-os completamente e sem restrições.

O investimento interno, conforme cresce o poder das multinacionais, de acordo com o estoque de IED, fica cada vez mais dependente dessas empresas. Isso ocorre em função dos nichos que essas empresas ocupam, geralmente dominando os setores mais dinâmicos da economia, tendo as maiores oportunidades, melhores lucros e maior acumulação. O papel marginal que o capital nacional possui fará com que seu crescimento e investimento dependam do desempenho e do investimento das multinacionais. Dado que essas empresas são multinacionais, e como afirma Chesnais, possuem interesses e estratégias globais, o investimento interno torna-se cada vez mais dependente de fatores e conjunturas externas, com as estruturas internas tornando-se cada vez menos relevantes.

É fácil ver como isso se torna um círculo vicioso e esse processo de desnacionalização vai se agravando com o tempo, já que como as multinacionais possuem maior capacidade de acumulação o

poder delas cresce continuamente através de investimentos ou da vulnerabilidade externa agravada continuamente por reinvestimentos ou mesmo novos investimentos estrangeiros.

### **3.4 – O Investimento Estrangeiro Direto como Ferramenta para o Desenvolvimento**

Considerando-se os prejuízos que o investimento estrangeiro direto pode trazer ao processo de desenvolvimento de um país concluiu-se que esse investimento não deve ser usado como foco central do desenvolvimento, mas uma ferramenta complementar em um plano de desenvolvimento nacional.

Um dos pontos mais importantes do uso dessa ferramenta é que o capital estrangeiro não deve suplantar o capital nacional. O agente estrangeiro deve ter o papel de complementar o agente nacional, e não o contrário. Para tal são necessários controles e seletividade, a fim de impedir que empresas multinacionais dominem o espaço econômico nacional. A exigência de formas de participação e parceria como joint-ventures poderiam ajudar a manter o controle do processo nas mãos de agentes nacionais, sendo estes os tomadores de decisões, com o agente externo sendo um provedor mais de conhecimentos do que capital financeiro.

A seletividade torna-se importante para que a entrada de investimentos estrangeiros esteja mais em harmonia com as necessidades atuais do país, além de poder definir que setores as empresas poderão entrar, reservando setores mais dinâmicos ao controle de agentes nacionais, preservando os centros internos de decisões.

Temos ainda o problema do setor externo à ser resolvido. Como foi visto, o IED pode agravar os problemas estruturais das contas externas do país, através de lançamentos de lucros, royalties e serviços do capital, além de importações. Para resolver tal problema é necessário que a multinacional importe menos e compense suas remessas de divisas.

Uma saída seria a exigência de cotas de exportação, assim como porcentagem de nacionalização, ou seja, uma certa porcentagem do valor do produto final deve ter seu valor agregado dentro do país. Essa última exigência tem um impacto que vai mais além das contas externas do país, impactando também na capacidade do investimento estrangeiro direto gerar crescimento através da demanda derivada.

O controle direto dos investimentos podem dar mais estabilidade às contas externas do país, diminuindo a volatilidade do investimento estrangeiro direto. Nesses controles estariam incluídos,

em primeira estância, controles baseados na seletividade da entrada, não abrindo amplamente o país a qualquer investimento, mas selecionando-os de acordo com os interesses nacionais. Esse controle permite uma melhoria na qualidade do IED, deixando apenas entrarem empresas com vínculos estratégicos e mais estáveis no país hospedeiro.

A adoção de controles de saída também pode ser feita, como tempo mínimo de estadia no país. Porém tais medidas, na argumentação de autores ortodoxos, poderiam espantar investidores. Medidas alternativas são a adoção de um regime de câmbio centralizado, com o monopólio das divisas não mão do Estado, ou a manutenção de grandes reservas de divisas, visando o desencorajamento de ataques especulativos e a confiança do investidor.

A seletividade do investimento estrangeiro direto e controles de saída tem um importante papel na manutenção dos CID, na medida que propiciam uma maior estabilidade externa e um poder de barganha maior do Estado Nacional. Controles baseados em seletividade também permitem a manutenção de reservas de mercados para agentes nacionais, não permitindo que empresas estrangeiras dominem o espaço econômico nacional através do domínio dos setores mais dinâmicos e estratégicos, assim mantendo os CID.

## **Capítulo IV**

### **A República Popular da China**

#### **4.1 – Introdução**

Vistas as teorias acerca do investimento estrangeiro direto, seus condicionantes, impactos e como ele pode influenciar no processo de desenvolvimento de um país, faremos um breve estudo do caso da República Popular da China (RPC). Para se entender o crescimento da RPC e o papel do IED nesse crescimento deve-se entender a evolução histórica do país, suas necessidades e a conjuntura que possibilitou o controle do investimento estrangeiro e seu uso como uma ferramenta do desenvolvimento.

Entendida as condições que fizeram a RPC optar pelo rumo que escolheu serão estudadas as conseqüências dessa opção, estudando as peculiaridades do investimento estrangeiro no país, assim como sua relação com o crescimento e a geração de progresso técnico. Ao final do capítulo faz-se uma breve reflexão sobre os desafios futuros da República Popular da China.

#### **4.2 – A Evolução Histórica da República Popular da China**

Plínio de Arruda Sampaio Jr<sup>19</sup> começa o estudo da evolução histórica da RPC a partir da tomada do poder pelo Partido Comunista (PCC), que teria como objetivo “vencer o estado de miséria e pobreza que se encontravam grandes contingentes de sua vasta população, erradicar as gritantes assimetrias sociais herdadas da era imperial, afirmar a unidade nacional e promover a transição do capitalismo para o socialismo”.

Porém o PCC se defrontou com um grave problema de escassez econômica, com um risco permanente de abastecimento, fenômenos que Plínio associa ao “grau de desenvolvimento das forças produtivas no campo e nas cidades”.

O plano externo não era menos problemático, com o país se encontrando em meio a uma conjuntura hostil. A RPC estava isolada do mundo, com o ocidente capitalista mantendo um implacável embargo e com o afastamento da União Soviética, em função de rivalidades com países

do pacto de Varsóvia. O isolamento internacional teve um importante efeito sobre a evolução econômica do país, já que este se viu na necessidade de altos gastos militares, para assim manter suas fronteiras, o que Plínio descreve como “um pesado ônus em termos de utilização do excedente social”. Essa conjuntura também teve um importante papel na decisão de descentralização do parque produtivo nacional.

Apesar de todas essas adversidades o planejamento central imposto pelo PCC e o modelo autárquico, baseado na expansão acelerada da indústria pesada, puxada por investimentos bélicos, mostraram-se capaz de promover um grande crescimento, com um crescimento médio do PIB da ordem de 4,4% ao ano nas três primeiras décadas do novo regime. Tal crescimento foi liderado pelo dinamismo da indústria, que alcançou um crescimento médio no período de mais de 9,9% ao ano, demonstrando assim os primeiros sinais do rumo de urbanização que o país passaria.

Porém esse ciclo já mostrava sinais de exaustão já no início da década de 60, com um fraco desempenho da produção agrícola, além da escassez de bens de consumo, da contínua deterioração da capacidade de importar, crescente rigidez da pauta de importações e progressiva e generalizada diminuição da produtividade física do trabalho. Assim mostrava-se necessária uma profunda mudança no modelo de desenvolvimento chinês.

O caminho escolhido, de acordo com Plínio, foi o avanço das forças produtivas, utilizando o capital internacional como forma de acesso a novas tecnologias. Esse caminho foi possível em função da conjuntura internacional muito particular das décadas de oitenta e noventa, quando “a China tirou proveito das contradições das relações internacionais para romper o cerco imperialista e desbloquear o acesso à tecnologia”. O espaço para a atração de capitais surgiu com o deslocamento de capitais no leste asiático, provocado pela desvalorização do dólar, pela crise da dívida da América do Sul e pela ofensiva comercial norte americana contra o Japão.

### **4.3 – O Investimento Estrangeiro Direto na China**

Temos assim que a solução para o dilema que a economia chinesa passava era vista como a incorporação de progresso técnico. O meio de fazê-lo seria através do investimento estrangeiro direto. Portanto o capital externo teria o papel de ampliar a capacidade produtiva para o mercado

---

<sup>19</sup> P. A. Sampaio Jr (B), p. 1-4

interno, objetivo principal do plano, como também diminuir a rigidez da pauta de importação e aumentar a capacidade de exportação do país, diminuindo o gargalo externo.

Porém deve-se notar que na RPC havia controles e, nas palavras de Plínio<sup>20</sup>: “de um lado a atuação das empresas transnacionais e dos credores externos deveria restringir-se àqueles setores que fossem estritamente necessários para potencializar a assimilação de tecnologias que não poderiam ser absorvidas na velocidade desejada sem o recurso da participação do capital estrangeiro seja pelos limites da capacidade de importação, seja pela debilidade da estrutura empresarial e financeira, ou ainda pura e simplesmente pela sua indisponibilidade no mercado internacional”.

Para restringir o investimento estrangeiro direto às áreas em que eram necessários tais investimentos a RPC utilizou controles de entradas diretos, barrando alguns investimentos e incentivando outros. Os investimentos eram então classificados como encorajados, permitidos, restritos e, finalmente, proibidos. Em alguns casos, dependendo de em qual classificação o investimento se encaixaria, poderiam haver benefícios, como isenções fiscais.

Os controles do IED não paravam na entrada, com a RPC exigindo que os investimentos seguissem um rígido código que regulamentava as atividades das transnacionais no país. Nesse código definia-se, além das condições de entrada, a localização e a forma de operação da empresa estrangeira.

Buscava-se com tais controles a manutenção de um certo grau de planejamento central da economia, preservando os centros internos de decisão, além de permitir que os interesses do capital estrangeiro não suplantassem os interesses nacionais, definindo como que esse capital iria se integrar à economia chinesa. Os vínculos estratégicos das empresas com o país, gerados a partir dos controles impostos, também serviam para a diminuição da volatilidade do investimento, fato esse que conjugado com os altos superávits em conta corrente, o enorme volume de reservas de divisas, o monopólio cambial nas mãos do Estado e a manutenção de setores estratégicos nas mãos de agentes nacionais, contribuíram para a manutenção e fortalecimento dos CID.

Poderia-se concluir então que o IED tem um papel muito bem definido no plano de desenvolvimento nacional da RPC, sendo responsável por trazer progresso técnico em um ritmo mais acelerado do que seria possível por outros meios, além de aliviar as contas externas, criando superávits comerciais. Os controles impostos ao capital estrangeiro são usados para que esse capital cumpra seu papel, minimizando os efeitos nocivos à economia provocados por sua entrada e

---

<sup>20</sup> P. A. Sampaio Jr (A), p. 4

acumulação. Porém, para melhor entender o papel do IED no plano de desenvolvimento da RPC, devemos estudar mais profundamente o papel do progresso técnico no crescimento econômico da China e de onde vem esse progresso.

#### 4.4 – O Crescimento Econômico e o Progresso Técnico

A partir das reformas que começaram em 1978, a RPC tem gozado de um longo período de grande crescimento econômico. Enquanto o crescimento já era considerável no período pré 78, a China passa a desfrutar de um invejável crescimento de 9% ao ano. Assim foi possível que o país quase que quadruplicasse seu PIB per-capita em apenas 15 anos. Quais seriam as fontes de tal crescimento?

Temos o investimento doméstico, que cresce e se mantém alto ao longo do período, como pode-se ver no anexo. Acompanhado o volume considerável de investimento doméstico temos ainda o investimento estrangeiro direto que a China começou a receber a partir da década de 80.

Porém, como mostra Zúlio Hu e Moshin S. Khan<sup>21</sup> o incrível crescimento Chinês não pode ser explicado apenas por formação bruta de capital fixo. Os autores mostram o papel do aumento da produtividade como um grande fator do crescimento econômico, sendo responsável, no período de 1979 a 1994, por 42% deste, crescendo a uma taxa de 3,9% ao ano. Um grande responsável pelo aumento de produtividade, de acordo com os autores, foram reformas internas no sistema produtivo, tanto rural com industrial, que incentivaram a produtividade, contribuindo para a superação das crises de abastecimento que o país passava.

Do lado do progresso técnico, tido como um importante fator de aumento da produtividade, Alberto Gabriele<sup>22</sup> mostra o limitado papel do investimento estrangeiro direto como mecanismo de absorção de tecnologias estrangeiras.

O autor destaca como condições primordiais para a absorção de progresso técnico o hiato tecnológico entre o país e a empresa transnacional, assim como o poder de barganha do país em relação às empresas transnacionais. É citado um estudo de caso feito por Young & Lan em Dalian, uma das 14 zonas de desenvolvimento econômico e de tecnologia da Chinesa. Assim as áreas intensivas em IED, apesar do bom desempenho em exportações e geração de emprego, pouco

---

<sup>21</sup> Z. Hu & M. S. Khan 2001, p. 2-9

<sup>22</sup> A. Gabriele 2001, p. 9-23

contribuem para a transferência de tecnologia, já que as atividades de pesquisa e desenvolvimento são mantidas em outros países.

Podemos ver então que o grande responsável pelo crescimento econômico da RPC é o capital interno e as reformas estruturais que o país passou. O investimento estrangeiro direto possui um papel complementar, não sendo o centro do plano de desenvolvimento, mas sim uma ferramenta, que serviu principalmente ao propósito de reinserção da China no sistema econômico mundial.

#### 4.5 – Desafios do Futuro

Porém há de se ressaltar que existem muitos problemas que a RPC ainda deve superar. Alguns desses problemas são ligados ao investimento estrangeiro direto, outros à condição ainda periférica da China e sua herança, além dos problemas que tem como fonte sua dimensão continental e sua enorme população.

Um primeiro desafio, apresentado por Carl Dahlman e Jean-Eric Aubert<sup>23</sup>, está intimamente ligado com o passado da China e sua condição periférica. Como foi visto anteriormente, a exaustão do modelo de crescimento anterior da China se deu em função da falta de progresso técnico no país e de sua incapacidade de absorção do progresso gerado no exterior, em função da conjuntura internacional da época. A solução do problema se deu com a re-inserção da RPC no sistema capitalista internacional, sendo o ingresso de investimentos estrangeiros diretos um vetor de transmissão de progresso técnico.

Criticando o IED como um vetor de importação de progresso técnico, Alberto Gabriele, como já mostrado chega à conclusão que não há transbordamentos significantes de tecnologia para o resto da economia, com o investimento estrangeiro pouco contribuindo para o aumento global da produtividade do país.

Como solução do problema do progresso técnico o autor cita a possibilidade de uma melhora na capacidade de absorção de progresso técnico a partir do IED, através de uma melhor utilização do poder barganha da China em relação às empresas transnacionais<sup>24</sup>. Isso seria possível, pois tal poder já existe, derivado da autonomia natural que a RPC desfruta em relação a outros países subdesenvolvidos, aumentada em função do fato que na China o “poder econômico e político não

---

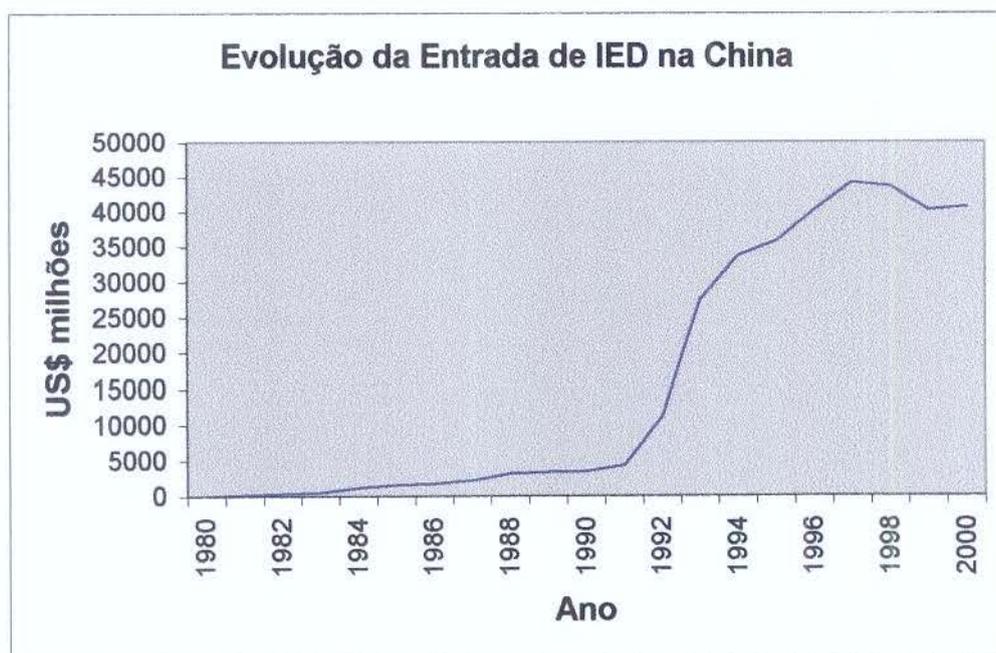
<sup>23</sup> C. Dahlman & J. Aubert 2000, p. 1-5

<sup>24</sup> A. Gabriele 2001, p. 13

está concentrado nas mãos de uma burguesia pós-colonial estruturalmente dependente em sua subordinada relação com o capital transnacional”.

Ainda assim o caminho mais destacado pelo autor para o aumento da geração de inovações na RPC está no investimento feito pelo país em pesquisa e desenvolvimento. O país possui um enorme potencial de produção de conhecimento com mais de 3 milhões de cientistas no final da década de 90 e 20 milhões de profissionais engajados em atividades de engenharia e ensino. Apesar dos números absolutos serem grandes, mesmo quando comparados com economias desenvolvidas, o país está muito atrás de vários países subdesenvolvidos em números relativos, como o número de cientistas e engenheiros envolvidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento por milhão de habitantes, ou mesmo gastos em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB.

O autor credita o aumento do número de patentes registradas internacionalmente pela China (uma proxy da capacidade de geração de progresso técnico do país) como sendo um fruto da reestruturação do sistema de pesquisa nacional, salientado a necessidade do aumento de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.



Fonte: UNCTAD Handbook of Statistics

O aumento da capacidade de geração de progresso técnico, através de investimentos em educação e pesquisa torna-se mais necessária ainda se considerarmos a análise feita no Capítulo III, onde é mostrada a fragilidades dos fluxos de investimento estrangeiro direto. A superação da dependência externa não passa apenas por uma superação dos déficits estruturais em conta corrente. Isso apenas pode levar a uma superação da dependência financeira, sendo necessária a superação da dependência tecnológica para a superação da condição periférica.

Outro problema mostrado por Carl Dahlman e Jean-Eric Aubert é a questão da heterogeneidade estrutural. Eles afirmam que as disparidades de renda vêm crescendo, com o hiato entre as regiões costeiras e centrais e as regiões do oeste, além das disparidades das regiões urbanas e do campo. Parte desse problema advém das zonas econômicas especiais, áreas receptoras de IED, em sua maioria delas situadas na área da costa da China, e que possuem um grande crescimento, apesar de apenas empregar 2,2 milhões de trabalhadores de uma força de trabalho de 700 milhões. Pode-se notar um processo de concentração da produção como vistos no capítulo III. A solução para esse problema estaria na industrialização de outras regiões, com um esforço de investimento do Estado, além de um possível redirecionamento dos investimentos estrangeiros para as regiões menos desenvolvidas.

Um problema também apontado pelos autores é o do desemprego futuro, intimamente ligado a gigantesca população do país. Calculá-se que para absorver o crescimento vegetativo da força de trabalho chinesa e o êxodo rural, o país deverá gerar cerca de 90 milhões de novos postos de trabalho entre 2000 e 2010. Tal feito exigirá a manutenção das altas taxas de crescimento que vêm ocorrendo no país, com a complicação de uma possível diminuição do investimento estrangeiro, sendo assim necessária a manutenção do alto grau de investimento doméstico.

## Conclusão

Através desse trabalho foi descrito como o investimento estrangeiro direto pode impactar no processo de desenvolvimento de uma nação, quais seriam seus benefícios e como ele contribui para a manutenção de estruturas que perpetuam o subdesenvolvimento.

A abertura irrestrita à esse capital pode gerar graves problemas, sejam eles nas contas externas do país, na desarticulação dos centros internos de decisões, na desnacionalização ou mesmo destruição do parque produtivo nacional, na perpetuação de estruturas subdesenvolvidas.

Tentativas de se atrair esse capital podem criar inúmeras distorções na economia nacional, prejudicando o capital nacional e o processo de desenvolvimento do país. Mais importante ainda é ineficácia das políticas de atração de IED, que buscam mudar o ambiente econômico nacional para que este se torne mais atraente para o capital estrangeiro. O fato é que o capital estrangeiro escolhe o país e não o contrário.

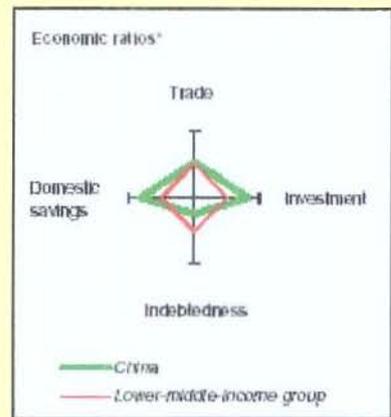
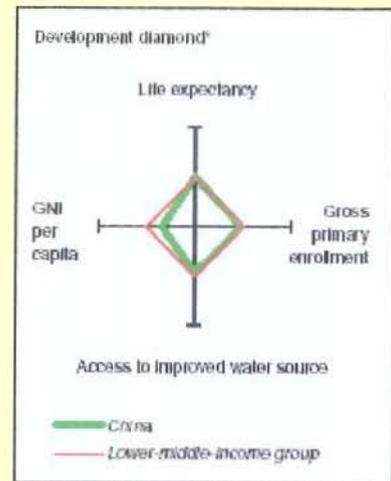
Para se minimizar os problemas gerados pelo capital estrangeiro são necessários controles, tanto pré como pós-entrada, para que esse capital sirva aos interesses do país receptor e, assim, possam ser usados como uma ferramenta de um plano nacional de desenvolvimento. Os controles devem, além de prover uma certa seletividade do IED, escolhendo os investimentos que convém ao país atrair em certo momento, devem preservar o capital nacional, possibilitando sua ampliação, através da preservação de nichos estratégicos e dinâmicos da economia, mantidos nas mãos de agentes nacionais.

O capital externo não deve suplantar o capital nacional, tendo no máximo um papel complementar, caso o contrário, o grande poder e domínio do espaço econômico nacional pelo capital estrangeiro fará com que seus interesses suplantem os interesses nacionais.

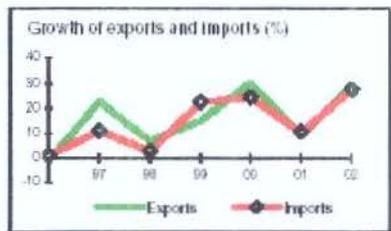
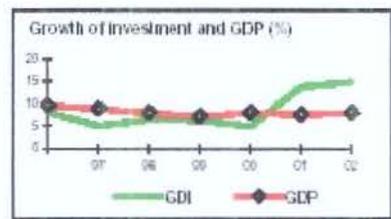
A República Popular da China é um exemplo de país que conseguiu, através da imposição de rígidos controles e normas, fazer com que o investimento estrangeiro direto servisse aos seus interesses, preservando e incentivando o capital nacional, usando o IED como uma ferramenta para uma melhor inserção na economia mundial. O exemplo chinês mostra que é possível o controle desse capital e que regras rígidas não necessariamente irão espantar os investidores estrangeiros.

## Anexo: China at a Glance

POVERTY and SOCIAL	China	East Asia & Pacific	Lower-middle-income		
<b>2002</b>					
Population, mid-year (millions)	1,281.0	1,839	2,411		
GNI per capita (Atlas method, US\$)	950	950	1,390		
GNI (Atlas method, US\$ billions)	1,219.1	1,740	3,352		
<b>Average annual growth, 1996-02</b>					
Population (%)	0.8	1.0	1.0		
Labor force (%)	0.9	1.2	1.2		
<b>Most recent estimate (latest year available, 1996-02)</b>					
Poverty (% of population below national poverty line)	5	..	..		
Urban population (% of total population)	38	38	49		
Life expectancy at birth (years)	71	69	69		
Infant mortality (per 1,000 live births)	30	33	30		
Child malnutrition (% of children under 5)	10	15	11		
Access to an improved water source (% of population)	75	76	81		
Illiteracy (% of population age 15+)	14	13	13		
Gross primary enrollment (% of school-age population)	106	106	111		
Male	105	105	111		
Female	108	106	110		
<b>KEY ECONOMIC RATIOS and LONG-TERM TRENDS</b>					
	1982	1992	2001	2002	
GDP (US\$ billions)	221.5	454.6	1,167.1	1,232.7	
Gross domestic investment/GDP	33.2	35.2	38.5	41.0	
Exports of goods and services/GDP	8.9	19.5	25.5	29.5	
Gross domestic savings/GDP	34.8	37.7	40.9	44.0	
Gross national savings/GDP	35.1	38.0	40.0	43.8	
Current account balance/GDP	2.4	1.9	1.5	2.9	
Interest payments/GDP	0.2	0.6	0.5	0.5	
Total debt/GDP	3.8	15.9	14.6	12.6	
Total debt service/exports	8.0	8.6	7.7	6.1	
Present value of debt/GDP	..	..	14.1	..	
Present value of debt/exports	..	..	51.8	..	
	1982-92	1992-02	2001	2002	2002-06
<b>(average annual growth)</b>					
GDP	9.7	9.0	7.5	8.0	7.5
GDP per capita	8.1	8.0	6.7	7.2	6.6
Exports of goods and services	5.9	14.3	9.6	29.4	14.8



STRUCTURE of the ECONOMY	1982	1992	2001	2002
<b>(% of GDP)</b>				
Agriculture	33.3	21.8	15.8	14.5
Industry	45.0	43.9	50.1	51.7
Manufacturing	37.3	33.1	34.2	44.5
Services	21.7	34.3	34.1	33.7
Private consumption	50.7	49.2	45.7	42.5
General government consumption	14.5	13.1	13.4	13.5
Imports of goods and services	7.3	18.0	23.1	26.5
<b>(average annual growth)</b>				
Agriculture	4.6	3.7	2.8	2.9
Industry	11.6	11.3	8.4	9.9
Manufacturing	11.2	10.4	9.0	8.1
Services	11.7	8.4	8.4	7.3
Private consumption	11.4	8.1	2.8	1.9
General government consumption	9.9	8.4	10.5	7.0
Gross domestic investment	9.5	9.7	13.9	14.9
Imports of goods and services	9.7	12.8	10.8	27.5

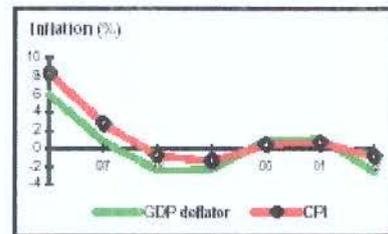


Note: 2002 data are preliminary estimates.

\* The diamonds show four key indicators in the country (in bold) compared with its income-group average. If data are missing, the diamond will be incomplete.

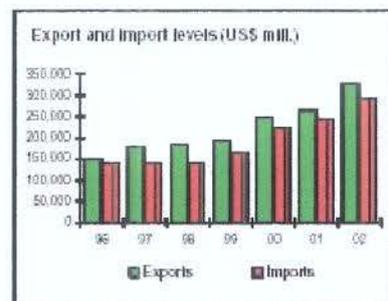
**PRICES and GOVERNMENT FINANCE**

	1992	1992	2001	2002
Domestic prices (% change)				
Consumer prices	6.0	6.4	0.7	-0.8
Implicit GDP deflator	-0.2	7.9	1.2	-2.6
Government finance (% of GDP, includes current grants)				
Current revenue	22.9	14.7	17.1	17.9
Current budget balance	..	2.0	1.1	0.0
Overall surplus/deficit	-0.3	-1.0	-4.7	-3.0



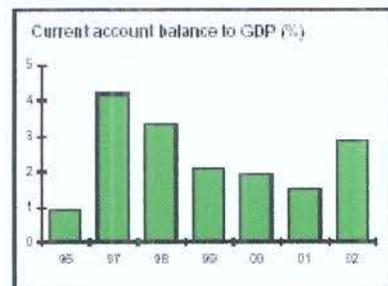
**TRADE**

	1992	1992	2001	2002
(US\$ millions)				
Total exports (fob)	22,321	84,940	266,155	325,565
Food	2,908	8,309	12,780	14,623
Fuel	5,314	4,693	8,420	8,372
Manufactures	12,271	67,936	239,802	297,085
Total imports (cif)	19,285	80,585	243,610	295,203
Food	4,201	3,146	4,980	5,237
Fuel and energy	183	3,570	17,495	19,285
Capital goods	3,204	31,312	107,040	137,030
Export price index (1995=100)	41	85	83	78
Import price index (1995=100)	71	95	91	86
Terms of trade (1995=100)	58	89	91	90



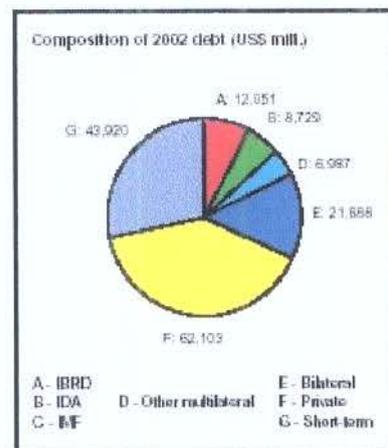
**BALANCE of PAYMENTS**

	1992	1992	2001	2002
(US\$ millions)				
Exports of goods and services	24,906	94,198	299,409	365,395
Imports of goods and services	20,555	86,752	271,325	328,013
Resource balance	4,350	7,446	28,084	37,383
Net income	376	249	-19,174	-14,945
Net current transfers	486	1,155	8,492	12,984
Current account balance	5,212	8,850	17,401	35,422
Financing items (net)	-995	-10,952	30,946	40,085
Changes in net reserves	-4,217	2,102	-47,447	-75,507
Memo:				
Reserves including gold (US\$ millions)	..	24,842	220,051	297,721
Conversion rate (DEC, local/US\$)	2.4	5.9	8.3	8.3



**EXTERNAL DEBT and RESOURCE FLOWS**

	1992	1992	2001	2002
(US\$ millions)				
Total debt outstanding and disbursed	8,358	72,428	170,110	155,678
IBRD	0	3,752	11,550	12,061
IDA	1	4,287	8,654	8,729
Total debt service	2,125	8,618	24,297	23,688
IBRD	0	460	1,550	1,631
IDA	0	30	151	175
Composition of net resource flows				
Official grants	47	327	240	..
Official creditors	657	2,343	2,156	-839
Private creditors	-122	8,949	-4,017	-13,593
Foreign direct investment	430	11,156	44,241	49,308
Portfolio equity	0	1,243	3,015	2,286
World Bank program				
Commitments	330	1,865	782	563
Disbursements	1	1,331	1,791	1,733
Principal repayments	0	197	904	1,157
Net flows	1	1,134	887	576
Interest payments	0	293	797	649
Net transfers	1	841	90	-73



## Bibliografia

- Chesnais, F. (1996) – A Mundialização do Capital – ed. Xamã
- Dahlman, C. & Aubert, J. (2000) – China's Development Strategy: The Knowledge and Innovation Perspective, in [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)
- Fajnzylber, F. (1977) – Oligopólios, Empresas Transnacionais e Estilos de Desenvolvimento – in Estudos Cebrap, São Paulo, Nº19, janeiro/março 1977
- Furtado, C. (1980) – Pequena Introdução ao Desenvolvimento – ed. Nacional
- \_\_\_\_\_. (2001) – O Capitalismo Global – ed. Paz e Terra
- Gabriele, A. (2001) – SCIENCE AND TECHNOLOGY POLICIES, INDUSTRIAL REFORM AND TECHNICAL PROGRESS IN CHINA: Can socialist property rights be compatible with technological catching up? – United Nations Conference on Trade and Development Discussion Papers, Nº 155, agosto 2001
- Hanson, G. H. (2001) – Should Countries Promote Foreign Direct Investment? – in G-24 Discussion Paper Series, Nº 9, Fevereiro 2001
- Hu, Z. & Khan, M. S. (1997) – Why China is Growing so Fast? – in Economic Issues, Nº 8, International Monetary Fund
- Lim, E. (2001) – Determinants of, and Relation Between, Foreign Direct Investment and Growth: A Summary of the Recent Literature – IMF Working Paper, novembro 2001
- Nunnenkamp, P & Spatz, J. (2002) – Determinants of FDI in developing countries: has globalization changed the rules of the game – in Transnational Corporations, volume 11, Nº 2, agosto 2002

Prado Jr, C. (1971) Esboços dos Fundamentos de Teoria Econômica – ed. Brasiliense

Rodriguez, O. (1981) – Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal – ed. Forense

Sampaio Jr, P. A. (A) – ALCA, capital internacional e reversão neocolonial

\_\_\_\_\_. (B) – Brasil e China – Estratégias antípodas de participação na globalização dos negócios

\_\_\_\_\_. (1999) – Entre a Nação e a Barbárie – ed. Vozes

Tseng, W & Zebregs, H. (2002) – Foreign Direct Investment in China: Some Lessons for Other Countries – in IMF Policy Discussion Papers, fevereiro 2002